DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD/042.2026
AQUISIÇÃO DE SERVIÇO – COMPRA

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

UASG: 981083 - **Data da Conclusão da Contratação:** 20.10.2026.

Área Requisitante:
Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral – SEGOV.

Responsável Pela Demanda:
LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082
E-mail: liviarodriguesluth@gmail.com
Telefone: 89 98102-8558

2. DESCRIÇÃO SUSCINTA DO OBJETO:

2.1. Fornecimento de **material elétrico** para futuras e eventuais contratações de fornecimento de forma parcelada, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos/PI, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI.

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

3.1. Contratação de empresas especializada para fornecimento de **material elétrico**, e demais condições especiais e cláusulas particulares, conforme estudo a ser definido no termo de referência e contrato.
3.2. A realização de processo de licitação para o registro de preços para futura aquisição deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade de **material elétrico** para atender as necessidades do município de Francisco Santos-PI. Os bens que irão serem adquiridos e deverão estar em conformidade com a descrição sumária e descrição completa dos mesmos, devendo também atender aos padrões técnicos necessários, demandas legais e regulatórias.
3.3. Das condições de aquisição de **material elétrico**:
3.3.1. Os produtos deverão ser 100% novos.
3.3.2. Não serão aceitos produtos diferentes dos especificados no Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, falsificados, remanufaturados, recondicionados, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança rompidos, ou que não sejam originais do fabricante do equipamento, quando o item especificadamente exigir.
3.3.3. Os materiais devem ser entregues, acondicionados em suas embalagens originais, lacradas de forma tecnicamente correta.
3.3.4. Considerando a degradação natural da infraestrutura e a necessidade atual e ocasional que o município de Francisco Santos-PI tem em conservar e manter suas instalações, a fim de propiciar

ambientes adequados, confortáveis e disponibilizar adequadamente o local para que suas atividades laborais sejam realizadas a contento preservando o patrimônio público.

3.3.5. Justificamos a aquisição de materiais com vistas ao atendimento das demandas relativas a manutenção do parque elétrico da iluminação pública municipal, bem como prédios públicos, que já atingiram o fim de sua vida útil.

3.3.6. A aquisição de novos de materiais também pode gerar economia a longo prazo, já que a manutenção de sistema antigos com substituição de antigos pode ser mais custosa do que a substituição por equipamentos novos e mais modernos.

3.3.7. A quantidade estimada estabelecida no Termo de Referência, esta justificada de acordo com a média de consumo do Município de Francisco Santos/PI.

3.3.8. Não havendo necessidade de solicitação de amostra, visto que, os itens já estão devidamente detalhados no DFD - Documento de Formalização de Demanda.

3.3.9. Faz-se necessária a presente aquisição dos materiais essenciais listados no item 4.1 deste documento referente as requisições geradas pelo Sistema PGC (Planejamento e Gerenciamento da Contratação), referente a necessidade de Compras para Bens, que o objeto a ser fornecido é de suma importância para o desenvolvimento das atividades essenciais e imprescindíveis, tais como, por esta razão solicitamos que o procedimento seja realizado do tipo **MENOR PREÇO**, sob o regime de execução indireta "**empreitada por preço VALOR POR GRUPO**", para atender no disposto do art. 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Nº 019/2023/GP, Francisco Santos/PI, 22 de dezembro de 2023.

3.3.10. Os itens demandados constam da listagem do Plano Anual de Contratações da PMFS/PI – PAC 2026, estando devidamente registrados no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC, nos termos do Decreto Municipal Nº 032/2025/GP, Francisco Santos - PI, 05 de novembro de 2025.

3.3.11. A presente licitação será realizada por meio de Pregão, na forma Eletrônica, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens de natureza comum, de que trata a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 019/2023, por possuir padrões de desempenho e características gerais e especificas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio de pregão.

3.3.12. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

3.3.13. A realização de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de preços faz-se necessária em razão da impossibilidade de se definir previamente quantitativo a ser demandado pela Administração e da necessidade de contratações frequentes, com previsão de entregas parceladas.

4. QUANTIDADE DE MATERIAL/SERVIÇO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA:

4.1. Para atender a demanda estima-se o consumo de serviços, conforme quantidades estabelecidas na tabela a seguir:

Grupo 01: Material Elétrico - COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
1	Cabo flexível 1,50mm c/100	41	Rolo	475638	106,48	4.365,68
2	Cabo flexível 10,00mm	820	Metro	239155	14,81	12.144,20
3	Cabo flexível 2,5mm	1640	Metro	394261	3,70	6.068,00
4	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	30	Rolo	475639	412,52	12.375,60

5	Cabo flexível 6,00mm	2460	Metro	613577	7,52	18.499,20
6	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	2460	Metro	382487	4,33	10.651,80
7	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	656	Metro	437819	5,86	3.844,16
8	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	656	Metro	459995	9,60	6.297,60
9	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	656	Metro	616159	8,10	5.313,60
10	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	656	Metro	428341	13,71	8.993,76
11	Cabo pp 4x2,5mm	492	Metro	415378	22,92	11.276,64
12	Cabo pp 4x4mm	492	Metro	410827	27,22	13.392,24
13	Caixa medidor monofásica	16	Unidade	286822	71,50	1.144,00
14	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	33	Unidade	460997	75,27	2.483,91
15	Curva rígida 3/4	82	Unidade	483266	3,85	315,70
16	Disjuntor monofásico 16a	123	Unidade	616753	10,44	1.284,12
17	Disjuntor monofásico 20a	123	Unidade	337251	13,17	1.619,91
18	Disjuntor trifásico 20a	82	Unidade	384746	43,24	3.545,68
19	Disjuntor trifásico 25a	82	Unidade	384745	50,97	4.179,54
20	Disjuntor trifásico 32a	82	Unidade	337902	63,48	5.205,36
21	Disjuntor trifásico 40a	82	Unidade	484199	55,48	4.549,36
22	Disjuntor trifásico 50a	66	Unidade	484200	74,61	4.924,26
23	Eletroduto rígido de 3/4	82	Unidade	373698	10,77	883,14
24	Fita isolante 10m	123	Unidade	321180	7,98	981,54
25	Fita isolante 20m	123	Unidade	419864	9,93	1.221,39
26	Haste de cobre p/aterramento	164	Unidade	331719	25,33	4.154,12
27	Interruptor com tomada	492	Unidade	473378	17,06	8.393,52
28	Interruptor duplo	205	Unidade	483583	8,44	1.730,20
29	Interruptor duplo c/tomada	164	Unidade	423823	17,06	2.797,84
30	Interruptor simples	205	Unidade	483582	13,62	2.792,10
31	Interruptor triplo	205	Unidade	452737	11,46	2.349,30
32	Lâmpada led 20w	820	Unidade	630598	14,12	11.578,40
33	Lâmpada led 40w	492	Unidade	458580	30,73	15.119,16
34	Lâmpada led 50w	820	Unidade	445743	37,18	30.487,60
35	Lâmpada led 60w	820	Unidade	445742	46,13	37.826,60
36	Luminária de emergência	205	Unidade	446213	51,52	10.561,60
37	Painel de sobrepor 18w	205	Unidade	485912	24,98	5.120,90
38	Painel de sobrepor 24w	205	Unidade	614021	32,31	6.623,55
39	Refletor led 100w	205	Unidade	612325	80,38	16.477,90
40	Refletor led 50w	205	Unidade	636182	48,49	9.940,45
41	Relé foto elétrico	410	Unidade	615337	18,70	7.667,00
42	Soquete com rabicho	164	Unidade	446171	4,04	662,56
43	Soquete de louça	123	Unidade	388480	6,49	798,27
44	Soquete sem rabicho	123	Unidade	386785	4,17	512,91
45	Tomada dupla novo padrão 10a	246	Unidade	213347	15,91	3.913,86
46	Tomada dupla novo padrão 20a	246	Unidade	460999	16,68	4.103,28
47	Tomada simples novo padrão 10a	246	Unidade	464825	9,20	2.263,20
48	Tomada simples novo padrão 20a	246	Unidade	403136	8,46	2.081,16
49	Tubo pvc eletroduto 20mm	164	Unidade	276502	8,77	1.438,28
50	Tubo pvc eletroduto 25mm	164	Unidade	253550	11,71	1.920,44
51	Tubo pvc eletroduto 32mm	164	Unidade	446083	17,82	2.922,48
52	Tubo pvc eletroduto 40mm	205	Unidade	276503	25,48	5.223,40
53	Tubo pvc eletroduto 50mm	205	Unidade	340604	29,67	6.082,35
VALOR TOTAL						**351.102,82**

GRUPO 02: Material Elétrico - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
54	Cabo flexível 1,50mm c/100	9	Rolo	475638	106,48	958,32
55	Cabo flexível 10,00mm	180	Metro	239155	14,81	2.665,80
56	Cabo flexível 2,5mm	360	Metro	394261	3,70	1.332,00
57	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	6	Rolo	475639	412,52	2.475,12
58	Cabo flexível 6,00mm	540	Metro	613577	7,52	4.060,80
59	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	540	Metro	382487	4,33	2.338,20
60	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	144	Metro	437819	5,86	843,84
61	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	144	Metro	459995	9,60	1.382,40
62	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	144	Metro	616159	8,10	1.166,40
63	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	144	Metro	428341	13,71	1.974,24
64	Cabo pp 4x2,5mm	108	Metro	415378	22,92	2.475,36
65	Cabo pp 4x4mm	108	Metro	410827	27,22	2.939,76
66	Caixa medidor monofásica	4	Unidade	286822	71,50	286,00
67	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	7	Unidade	460997	75,27	526,89
68	Curva rígida 3/4	18	Unidade	483266	3,85	69,30
69	Disjuntor monofásico 16a	27	Unidade	616753	10,44	281,88
70	Disjuntor monofásico 20a	27	Unidade	337251	13,17	355,59
71	Disjuntor trifásico 20a	18	Unidade	384746	43,24	778,32
72	Disjuntor trifásico 25a	18	Unidade	384745	50,97	917,46
73	Disjuntor trifásico 32a	18	Unidade	337902	63,48	1.142,64
74	Disjuntor trifásico 40a	18	Unidade	484199	55,48	998,64
75	Disjuntor trifásico 50a	14	Unidade	484200	74,61	1.044,54
76	Eletroduto rígido de 3/4	18	Unidade	373698	10,77	193,86
77	Fita isolante 10m	27	Unidade	321180	7,98	215,46
78	Fita isolante 20m	27	Unidade	419864	9,93	268,11
79	Haste de cobre p/aterramento	36	Unidade	331719	25,33	911,88
80	Interruptor com tomada	108	Unidade	473378	17,06	1.842,48
81	Interruptor duplo	45	Unidade	483583	8,44	379,80
82	Interruptor duplo c/tomada	36	Unidade	423823	17,06	614,16
83	Interruptor simples	45	Unidade	483582	13,62	612,90
84	Interruptor triplo	45	Unidade	452737	11,46	515,70
85	Lâmpada led 20w	180	Unidade	630598	14,12	2.541,60
86	Lâmpada led 40w	108	Unidade	458580	30,73	3.318,84
87	Lâmpada led 50w	180	Unidade	445743	37,18	6.692,40
88	Lâmpada led 60w	180	Unidade	445742	46,13	8.303,40
89	Luminária de emergência	45	Unidade	446213	51,52	2.318,40
90	Painel de sobrepor 18w	45	Unidade	485912	24,98	1.124,10
91	Painel de sobrepor 24w	45	Unidade	614021	32,31	1.453,95
92	Refletor led 100w	45	Unidade	612325	80,38	3.617,10
93	Refletor led 50w	45	Unidade	636182	48,49	2.182,05
94	Relé foto elétrico	90	Unidade	615337	18,70	1.683,00
95	Soquete com rabicho	36	Unidade	446171	4,04	145,44
96	Soquete de louça	27	Unidade	388480	6,49	175,23
97	Soquete sem rabicho	27	Unidade	386785	4,17	112,59
98	Tomada dupla novo padrão 10a	54	Unidade	213347	15,91	859,14
99	Tomada dupla novo padrão 20a	54	Unidade	460999	16,68	900,72
100	Tomada simples novo padrão 10a	54	Unidade	464825	9,20	496,80
101	Tomada simples novo padrão 20a	54	Unidade	403136	8,46	456,84
102	Tubo pvc eletroduto 20mm	36	Unidade	276502	8,77	315,72
103	Tubo pvc eletroduto 25mm	36	Unidade	253550	11,71	421,56
104	Tubo pvc eletroduto 32mm	36	Unidade	446083	17,82	641,52
105	Tubo pvc eletroduto 40mm	45	Unidade	276503	25,48	1.146,60

106	Tubo pvc eletroduto 50mm	45	Unidade	340604	29,67	1.335,15
VALOR TOTAL						**76.810,00**

GRUPO 03: Material Elétrico para Iluminação Pública – COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
107	Alca pré formada 16mm	82	Unidade	368602	12,62	1.034,84
108	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	99	Unidade	380052	23,00	2.277,00
109	Armação secundária de 1 estribo	99	Unidade	319814	29,35	2.905,65
110	Base para relé foto elétrico	165	Unidade	433833	13,52	2.230,80
111	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	10	Unidade	614255	169,49	1.694,90
112	Bocal de louça e-27	410	Unidade	307381	5,37	2.201,70
113	Bocal de louça e-40	246	Unidade	320318	11,50	2.829,00
114	Braço curvo para luminária	50	Unidade	387029	149,77	7.488,50
115	Braço reto para luminária	83	Unidade	472532	63,63	5.281,29
116	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	10	Unidade	408493	133,76	1.337,60
117	Cabo isolado de 10mm c/100	10	Unidade	428664	848,19	8.481,90
118	Cabo isolado de 16mm c/100	5	Unidade	409291	1412,24	7.061,20
119	Cabo isolado de 2,5mm c/100	10	Unidade	483318	284,70	2.847,00
120	Cabo isolado de 4,0mm c/100	10	Unidade	616915	471,93	4.719,30
121	Cabo isolado de 6,0mm c/100	10	Unidade	314559	785,28	7.852,80
122	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	1640	Metro	418907	4,21	6.904,40
123	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	1230	Metro	418907	8,83	10.860,90
124	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	1230	Metro	418907	17,36	21.352,80
125	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	820	Metro	418907	16,86	13.825,20
126	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	820	Metro	418905	11,63	9.536,60
127	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	656	Metro	441664	20,71	13.585,76
128	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	410	Metro	418905	22,80	9.348,00
129	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	656	Unidade	418905	16,35	10.725,60
130	Cabo pp 2x1,50mm	41	Unidade	433869	4,33	177,53
131	Cabo pp 2x2,50mm	41	Unidade	363118	5,53	226,73
132	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	82	Unidade	254376	161,30	13.226,60
133	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	29	Unidade	286822	54,02	1.566,58
134	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	30	Unidade	614255	812,95	24.388,50
135	Conector de aterramento gut	82	Unidade	321282	25,39	2.081,98
136	Conector perfurante cdp70	164	Unidade	458406	15,00	2.460,00
137	Conector cunha tipo iii	82	Unidade	472412	6,43	527,26
138	Cordão torcido 2x1,50mm:	25	Metro	337863	4,38	109,50
139	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	5	Pacote	337863	540,07	2.700,35

140	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	66	Unidade	402103	45,47	3.001,02
141	Fita isolante alta fusão	41	Unidade	454251	10,21	418,61
142	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	82	Unidade	604732	13,05	1.070,10
143	Fusível cartucho 60a 250v	164	Unidade	345516	10,93	1.792,52
144	Grampo paralelo universal 70	246	Unidade	358799	17,02	4.186,92
145	Haste de aterramento cobreada	82	Unidade	331719	17,49	1.434,18
146	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	82	Unidade	633011	8,78	719,96
147	Lâmpada bulbo led 30w	164	Unidade	446032	22,95	3.763,80
148	Lâmpada bulbo led 40w	164	Unidade	447213	33,63	5.515,32
149	Lâmpada bulbo led 50w	164	Unidade	439278	42,11	6.906,04
150	Lâmpada led 80w	164	Unidade	614575	87,46	14.343,44
151	Luminária pública 100w ip67	99	Unidade	628030	340,38	33.697,62
152	Luminária pública 150w ip67	99	Unidade	475596	393,85	38.991,15
153	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	246	Unidade	356212	45,89	11.288,94
154	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	4	Unidade	486640	537,73	2.150,92
155	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	164	Unidade	259360	17,67	2.897,88
156	Projetor de led 100w	9	Unidade	470259	71,14	640,26
157	Projetor de led 200w	17	Unidade	470261	191,63	3.257,71
158	Projetor de led 400w	17	Unidade	273110	354,05	6.018,85
159	Reator vapor sódio 250w	123	Unidade	207718	131,40	16.162,20
160	Relé foto eletrônico	41	Unidade	339103	7,95	325,95
VALOR TOTAL						**362.431,16**

GRUPO 04: Material Elétrico para Iluminação Pública - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
161	Alca pré formada 16mm	18	Unidade	368602	12,62	1.034,84
162	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	21	Unidade	380052	23,00	2.277,00
163	Armação secundária de 1 estribo	21	Unidade	319814	29,35	2.905,65
164	Base para relé foto elétrico	35	Unidade	433833	13,52	2.230,80
165	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	2	Unidade	614255	169,49	1.694,90
166	Bocal de louça e-27	90	Unidade	307381	5,37	2.201,70
167	Bocal de louça e-40	54	Unidade	320318	11,50	2.829,00
168	Braço curvo para luminária	10	Unidade	387029	149,77	7.488,50
169	Braço reto para luminária	17	Unidade	472532	63,63	5.281,29
170	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	2	Unidade	408493	133,76	1.337,60
171	Cabo isolado de 10mm c/100	2	Unidade	428664	848,19	8.481,90
172	Cabo isolado de 16mm c/100	1	Unidade	409291	1412,24	7.061,20
173	Cabo isolado de 2,5mm c/100	2	Unidade	483318	284,70	2.847,00
174	Cabo isolado de 4,0mm c/100	2	Unidade	616915	471,93	4.719,30
175	Cabo isolado de 6,0mm c/100	2	Unidade	314559	785,28	7.852,80
176	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	360	Metro	418907	4,21	6.904,40
177	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	270	Metro	418907	8,83	10.860,90
178	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	270	Metro	418907	17,36	21.352,80

179	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	180	Metro	418907	16,86	13.825,20
180	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	180	Metro	418905	11,63	9.536,60
181	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	144	Metro	441664	20,71	13.585,76
182	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	90	Metro	418905	22,80	9.348,00
183	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	144	Unidade	418905	16,35	10.725,60
184	Cabo pp 2x1,50mm	9	Unidade	433869	4,33	177,53
185	Cabo pp 2x2,50mm	9	Unidade	363118	5,53	226,73
186	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	18	Unidade	254376	161,30	13.226,60
187	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	6	Unidade	286822	54,02	1.566,58
188	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	6	Unidade	614255	812,95	24.388,50
189	Conector de aterramento gut	18	Unidade	321282	25,39	2.081,98
190	Conector perfurante cdp70	36	Unidade	458406	15,00	2.460,00
191	Conector cunha tipo iii	18	Unidade	472412	6,43	527,26
192	Cordão torcido 2x1,50mm:	5	Metro	337863	4,38	109,50
193	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	1	Pacote	337863	540,07	2.700,35
194	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	14	Unidade	402103	45,47	3.001,02
195	Fita isolante alta fusão	9	Unidade	454251	10,21	418,61
196	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	18	Unidade	604732	13,05	1.070,10
197	Fusível cartucho 60a 250v	36	Unidade	345516	10,93	1.792,52
198	Grampo paralelo universal 70	54	Unidade	358799	17,02	4.186,92
199	Haste de aterramento cobreada	18	Unidade	331719	17,49	1.434,18
200	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	18	Unidade	633011	8,78	719,96
201	Lâmpada bulbo led 30w	36	Unidade	446032	22,95	3.763,80
202	Lâmpada bulbo led 40w	36	Unidade	447213	33,63	5.515,32
203	Lâmpada bulbo led 50w	36	Unidade	439278	42,11	6.906,04
204	Lâmpada led 80w	36	Unidade	614575	87,46	14.343,44
205	Luminária pública 100w ip67	21	Unidade	628030	340,38	33.697,62
206	Luminária pública 150w ip67	21	Unidade	475596	393,85	38.991,15
207	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	54	Unidade	356212	45,89	11.288,94
208	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	1	Unidade	486640	537,73	2.688,65
209	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	36	Unidade	259360	17,67	2.897,88
210	Projetor de led 100w	1	Unidade	470259	71,14	640,26
211	Projetor de led 200w	3	Unidade	470261	191,63	3.257,71
212	Projetor de led 400w	3	Unidade	273110	354,05	6.018,85
213	Reator vapor sódio 250w	27	Unidade	207718	131,40	16.162,20
214	Relé foto eletrônico	9	Unidade	339103	7,95	325,95
VALOR TOTAL						**77.103,25**

5. GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA:

5.1. Alto

Em conformidade a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Francisco Santos – PI, 10 de setembro de 2026.

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO:90393872300

Assinado de forma digital por LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO:90393872300
Dados: 2026.09.10 10:42:35 -03'00'

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082

COMISSÃO LICITAÇÃO FL P.M.F.S

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS – PIAUÍ

LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA MEI, ME E EPP

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026 - PMFS/PI
Processo Administrativo nº 069/2026 – PMFS/PI
NÚMERO INTERNO DO ÓRGÃO: 90051/2026.
Execução da Contratação: 981083 - 154/2026.

OBJETO:
O objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais contratações para fornecimento de material elétrico, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI, quantitativos estimados e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II deste Edital.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:
R$ 867.447,23 (oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos).

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:
DIA: 25 de setembro de 2026.
HORÁRIO: 8h (oito horas) horário de Brasília.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br/.
CÓDIGO UASG: 981083

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor Preço

MODO DE DISPUTA:
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:
"COTA PRINCIPAL" (**COTA 01**) - Com cota de 75% (setenta e cinco por cento) do referido montante do objeto está aberto para a participação de todos os interessados que militem no ramo de atividade referente ao objeto licitado.
"COTA RESERVADA" (**COTA 02**) - Fica reservada a Cota com até 25% (vinte e cinco por cento) do referido montante do objeto para as Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Micro Empreendedor Individual - MEI, para o cumprimento do disposto no inciso III, do art. 48, da Lei 147/2014.

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

Sumário

1. DO OBJETO
2. DO CREDENCIAMENTO
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DOS RECURSOS
10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
11. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL
12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
13. DA NECESSIDADES DE AMOSTRA
14. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
15. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
18. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA
19. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
20. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
22. DO FORO

COMISSÃO LICITAÇÃO FL P.M.F.S

LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA DE ATÉ 25% PARA MEI, ME E EPP

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS - PIAUÍ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90051/2026 - PMFS/PI
Processo Administrativo Nº 069/2026 – PMFS/PI
NÚMERO INTERNO DO ÓRGÃO: 90051/2026
Execução da Contratação: 981083 - 154/2026

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS, ESTADO DO PIAUÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Licínio Pereira, Nº 24, Centro, Francisco Santos - PI, CEP: 64.645-000, CNPJ (MF) Nº 06.553.713/0001-69, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, no Modo de **Disputa Aberta**, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei nº 8.078/1990, Decreto Municipal nº 019/2023/GP de 22 de dezembro de 2023 e demais legislação aplicável e, ainda pelas disposições a seguir estabelecidas no presente Edital e seus Anexos e demais cominações legais.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 24 de setembro de 2026.
HORÁRIO: 8h (oito horas) horário de Brasília.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: https://www.gov.br/compras/pt-br/.
CÓDIGO UASG: 981083

1. DO OBJETO

1.1 O objeto desta licitação é o REGISTRO DE PREÇOS para futuras e eventuais contratações para fornecimento de material elétrico, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI, quantitativos estimados e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II deste Edital.

1.2 A licitação será realizada por grupo, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.3 ***Em caso de discordância existente entre as especificações descritas no Sistema Compras Governamentais do CATMAT e as especificações constantes do Termo de Referência, prevalecerão as do Termo de Referência Anexo II deste Edital.***

2. DO CREDENCIAMENTO.

2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica;

2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio https://www.gov.br/compras/pt-br/, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil;

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão;

2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;

2.5. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;

2.5.1. a não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação;

2.5.2. a perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 26/04/2018;

3.2. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema;

3.2.1. Em relação aos **GRUPOS 02, 04, 06** e **08** a participação é exclusiva a **microempresas, empresas de pequeno porte e micro-empreendedor individual**, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.2.2. Em relação aos **GRUPOS 01, 03, 05** e **07** a **participação é de ampla concorrência**, logo após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta.

3.3. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015, logo após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída aresponsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Não poderão disputar esta licitação:

3.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil comdirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.8.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.8.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.8.11. não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

3.9. O impedimento de que trata o item 3.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem ositens 3.8.2 e 3.8.3, poderão participar no apoio das atividades de

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.12. O disposto nos itens 3.8.2 e 3.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo docontratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

3.14. A vedação de que trata o item 3.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3.4 ou 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema;

4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e global dos itens;

5.1.2. marca;

5.1.3. fabricante;

5.1.4. quantidade;

5.1.5. descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. o licitante *NÃO* poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequadaserá a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.2.1. será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. a desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. a não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o **Agente de Contratação** e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. **O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo)**.

6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. a etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. a prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação**, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o **Agente de Contratação**, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o **Agente de Contratação** persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo **Agente de Contratação** aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. a melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o **Agente de Contratação** poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. a negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

máximo definido pela Administração.

6.20.2. a negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. o resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

6.20.4. o **Agente de Contratação** solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. é facultado ao **Agente de Contratação** prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, o **Agente de Contratação** iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida, em arquivo único, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação** por meio da opção "Enviar Anexo" no sistema www.gov.br/compras.

7.1.1. a prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo **Agente de Contratação**; ou de ofício, a critério do **Agente de Contratação**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

7.1.2. apresentar a planilha orçamentária sintética, planilha orçamentária analítica, planilha resumo, composições de custos unitários, tabela de encargos sociais, BDI, curva abc serviços e materiais.

7.1.3. Deverá estar incluído na planilha orçamentária todos os custos referentes à mão de obra, equipamentos, ferramentas e materiais necessários, bem como, despesas com impostos, taxas, seguros, licenças, garantias, ART'S, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, mobilização e desmobilização, manutenção do canteiro de obras, lucro, bem como quaisquer outras despesas pertinentes e necessárias.

7.2. O **Agente de Contratação** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

7.3. O **Agente de Contratação** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do MFS/PI ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

7.5. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

7.6. O **Agente de Contratação** poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a composição de preços quando o preço total ofertado for aceitável, mas os preços unitários que o compõem necessitem de ajustes aos valores estimados pelo MFS/PI.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

7.7. Não serão aceitas propostas com valores globais superiores aos estimados, bem como:

7.7.1. propostas com o valor unitário superior ao estimado pela Administração.

7.7.2. propostas com o valor total dos serviços de ehenharia elétrica superior ao estimado pela Administração, nos casos em que a contratação envolver o fornecimento dos serviços.

7.8. Será desclassificada a propostas que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

7.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo **Agente da Contratação**;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável;

7.8.6. considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

7.8.7 se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei n. 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;

7.9.1. a inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do **Agente de Contratação**, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço;

7.10.1. o ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime;

7.10.3. considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

7.10.4. se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do § 2º do art. 59 e art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

7.10.4.1 questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

7.10.4.2. levantamento de informações junto aos órgãos públicos competentes;

7.10.4.3. consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

7.10.4.4. pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;

7.10.4.5. verificação de outros contratos que a proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;

7.10.4.6. pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.10.4.7. verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pela proponente;

7.10.4.8. consultas às Secretarias de Fazenda Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;

7.10.4.9. análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que a proponente disponha para o fornecimento dos gêneros alimentícios;

7.10.4.10. demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.11.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável.

7.11.6. não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Agente de Contratação**.

7.12. A licitante mais bem classificada deverá apresentar sua proposta obedecendo as especificações técnicas do edital e seus anexos.

7.12.1. o não atendimento à solicitação do **Agente de Contratação** no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo implica a desclassificação da proposta.

7.12.2. o ajuste da proposta não poderá implicar aumento do seu valor global.

7.13. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

7.14. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o **Agente de Contratação** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

7.15. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o **Agente de Contratação** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital;

7.16. Em qualquer fase da licitação a Agente de Contratação poderá solicitar parecer técnico, dos assessores dos setores envolvidos na licitação, para orientar na sua decisão, atendendo integralmente todas as exigências e especificações do Termo de Referência e do Edital.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, técnica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira previstos no artigo 62 da Lei nº 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicaf, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo **Agente de Contratação**.

8.3. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, em arquivo único, no prazo de até 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação**.

8.4. A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo **Agente de Contratação**; ou de ofício, a critério do **Agente de Contratação**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

8.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o **Agente de Contratação** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.5.1. SICAF;

8.5.2. consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/);

8.5.3. a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.5.4. caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.5.5. a tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.5.6. constatada a existência de sanção, o **Agente de Contratação** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação;

8.5.7. no caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018;

8.6.1. dever do licitante, atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada;

8.6.2. quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre;

8.6.3. na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.7. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA.

8.7.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.7.2. em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.7.3. no caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.7.4. no caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.7.5. no caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte conforme determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

8.7.6. no caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.7.7. os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.8. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

8.8.1. prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.8.2. prova de Regularidade Fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.8.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.8.4. prova de regularidade para com as fazendas públicas, estadual, distrital ou municipal;

8.8.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.8.6. o licitante detentor do menor preço, qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação;

8.8.7. a existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital;

8.8.8. caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização;

8.8.9. a não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública;

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

8.8.10. havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o **Agente de Contratação** suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma;

8.8.11. será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.8.12. será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

8.8.13. somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.8.14. é de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizadosjunto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*). a não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.8.15. a verificação pelo **Agente de Contratação**, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.8.16. os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no **prazo de 2 (duas)horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do **Agente de Contratação**.

8.8.17. a verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.8.18. os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Edital e Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.8.19. respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presentesubitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.8.20. após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei Federal nº 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

> 8.8.20.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas

8.8.21. na análise dos documentos de habilitação, o **Agente de Contratação** poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação;

8.8.22. na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o **Agente de Contratação** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.8.15.

8.8.23. somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.8.24. a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4° do Decreto nº 8.538/2015).

8.8.25. na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata item 8.8.24 do edital, será assegurado prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (art. 4° , § 1º do Decreto nº 8.538/2015).

8.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA SERÁ RESTRITA A:

8.9.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.9.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.9.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, nota fiscal, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.10. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

8.10.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\mathbf{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo}}{\text{Prazo Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$\mathbf{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$\mathbf{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

8.10.4. As empresas, que apresentarem qualquer dos índices acima, resultado inferior ou igual a 1 (um), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação; e

8.10.5. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata dehabilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico constante neste Edital.

10. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. A adjudicação e homologação deste **Pregão** competem ao Prefeito Municipal de Francisco Santos – PI.

10.2. O objeto deste Pregão será adjudicado ao licitante de menor preço à licitante vencedora.

11. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

11.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

11.2. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pela licitante vencedora em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

11.3. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo municipio de Francisco Santos – PI.

11.4. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação.

11.5. Quando a licitante convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

estabelecidas, outra licitante poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela licitante vencedora.

11.6. Caso nenhuma das licitantes aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

11.6.1. convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

11.6.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11.7. A convocação para assinatura do contrato será publicada no Diário Oficial Eletrônico Municipal – DOEM e na página oficial da Prefeitura Municipal de Francisco Santos – PI, nos seguintes endereços eletrônicos:

11.7.1. https://sggp.com.br/doem?entity_type=1&entity_id=90&document=&time_course=&edition=&identifier= e

11.7.2. https://www.franciscosantos.pi.gov.br/index.php/transp/licitacoes.

12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento quetenha sido solicitado pelo/a Agente de Contratação/a durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta emespecial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocadodentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ouretirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes dapunição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãosde controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida noprazo máximo de **20 (vinte) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 multa será de 0,5% do valor do contratolicitado.

12.4.2. para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8 a multa será de 15% do valor docontrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, emdecorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infraçõesadministrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retiraro instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta emfavor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará olicitante ou o

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesaescrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenhadecisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integraldos danos causados.

13. DA NECESSIDADES DE AMOSTRA

13.1. Não será exigida a apresentação de amostras.

14. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes das futuras contratações do objeto registrado estão inseridas na cláusula décima sétima da minuta do contrato – Anexo III do Edital

14.2. A despesa anual com a execução do objeto desta licitação é estimada em R$ 867.447,23 (oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos), conforme o orçamento anexo.

15. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

15.1. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

15.1.1. a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

15.1.2. caso a **licitante** tenha utilizado a prerrogativa de efetuar oferta de desempate, conforme art. 44, da Lei Complementar nº 123/2006, será verificado no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico http://www.portaldatransparencia.gov.br, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da mencionada Lei Complementar.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

15.1.3. não sendo vencedora a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da subcondição anterior, o sistema, de forma automática, convocará as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

15.1.4. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

15.1.5. a convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006;

15.1.6. na hipótese de não contratação nos termos previstos nesta Seção, o procedimento licitatório prossegue com as demais licitantes.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@franciscosantos.pi.gov.br.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo **agente de contratação**, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será,em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na

COMISSÃO LICITAÇÃO FL P.M.F.S

Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) nos endereços eletrônico: https://www.gov.br/pncp/pt-br, https://www.gov.br/compras/pt-brt, https://www.franciscosantos.pi.gov.br/index.php/transp/licitacoes e no TCE-PI https://www.tcepi.tc.br/transparencia/transparencia-administrativa/licitacoes-por-ano.

17.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.1.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos.
21.1.2. ANEXO II – Projeto de Engenharia.
21.1.3. ANEXO III - Termo de Referência.
21.1.4. ANEXO IV - Ata de Registro de Preços.
21.1.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato.

17.12. Este certame encontra-se em conformidade com o tratamento jurídico diferenciado e simplificado para às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas, nas contratações públicas de bens, serviços e obras, contribuindo, assim, para a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional e para a ampliação da eficiência das políticas públicas, consoante artigo 146, inciso III, alínea "d", artigo 170, inciso IX e artigo 179, da Constituição Federal, c/c Lei Complementar Federal nº 123/06 e Lei Municipal nº 314/10.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da cidade Picos, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

Francisco Santos/PI, 10 de setembro de 2026.

JOSE EDSON DE CARVALHO:28678524391

Assinado de forma digital por JOSE EDSON DE CARVALHO:28678524391
Dados: 2026.09.10 12:09:31 -03'00'

Município de Francisco Santos/PI
JOSÉ EDSON DE CARVALHO
Prefeito Municipal

A Procuradoria do Município atesta que o Edital preenche os requisitos legais, em atendimento as normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

gov.br Documento assinado digitalmente
CARLAYD CORTEZ SILVA
Data: 11/09/2026 06:44:07-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Procuradoria do Município

COMISSÃO LICITAÇÃO FL P.M.F.S

ANEXO IV DO EDITAL
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/ 2026.
NÚMERO INTERNO DO ÓRGÃO: 90051/2026.
Execução da Contratação: 981083 - 154/2026.

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS, ESTADO DO PIAUÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Licínio Pereira, Nº 24, Centro, Francisco Santos - PI, CEP: 64.645-000, CNPJ (MF) Nº 06.553.713/0001-69, neste ato representado pelo seu Prefeito, o **Sr JOSÉ EDSON DE CARVALHO**, inscrito no CPF sob o nº _____, considerando o julgamento do **Pregão Eletrônico nº 90051/2026 -MFS/PI, Processo Administrativo nº 069/2026 ,** RESOLVE registrar os preços das empresa indicadae qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Estadual nº 21.872/2023, Decreto Estadual 21.938/2023 e Decreto Municipal nº 019/2023/GP de 22 de dezembro de 2023 em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ATA tem por objeto o Registro de Preços para futuras e eventuais contratações para fornecimento de material elétrico, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI, quantitativos estimados e exigências estabelecidas no Termo de Referência – Anexo II deste Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº 90051/2026-MFS/PI,** que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertada na proposta são os constantes abaixo:

Razão Social da Empresa:
CNPJ – IE/IM.
Endereço:
E-mail: Fone:
Representante Legal: - RG e CPF.
Dados Bancários: Conta; Agência; Banco, Pix.

Grupo 01: Material Elétrico - COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	V. Unitário	V. Total
1	Cabo flexível 1,50mm c/100	41	Rolo			
2	Cabo flexível 10,00mm	820	Metro			
3	Cabo flexível 2,5mm	1640	Metro			
4	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	30	Rolo			
5	Cabo flexível 6,00mm	2460	Metro			
6	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	2460	Metro			
7	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	656	Metro			
8	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	656	Metro			
9	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	656	Metro			
10	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	656	Metro			
11	Cabo pp 4x2,5mm	492	Metro			

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

12	Cabo pp 4x4mm	492	Metro			
13	Caixa medidor monofásica	16	Unidade			
14	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	33	Unidade			
15	Curva rígida 3/4	82	Unidade			
16	Disjuntor monofásico 16a	123	Unidade			
17	Disjuntor monofásico 20a	123	Unidade			
18	Disjuntor trifásico 20a	82	Unidade			
19	Disjuntor trifásico 25a	82	Unidade			
20	Disjuntor trifásico 32a	82	Unidade			
21	Disjuntor trifásico 40a	82	Unidade			
22	Disjuntor trifásico 50a	66	Unidade			
23	Eletroduto rígido de 3/4	82	Unidade			
24	Fita isolante 10m	123	Unidade			
25	Fita isolante 20m	123	Unidade			
26	Haste de cobre p/aterramento	164	Unidade			
27	Interruptor com tomada	492	Unidade			
28	Interruptor duplo	205	Unidade			
29	Interruptor duplo c/tomada	164	Unidade			
30	Interruptor simples	205	Unidade			
31	Interruptor triplo	205	Unidade			
32	Lâmpada led 20w	820	Unidade			
33	Lâmpada led 40w	492	Unidade			
34	Lâmpada led 50w	820	Unidade			
35	Lâmpada led 60w	820	Unidade			
36	Luminária de emergência	205	Unidade			
37	Painel de sobrepor 18w	205	Unidade			
38	Painel de sobrepor 24w	205	Unidade			
39	Refletor led 100w	205	Unidade			
40	Refletor led 50w	205	Unidade			
41	Relé foto elétrico	410	Unidade			
42	Soquete com rabicho	164	Unidade			
43	Soquete de louça	123	Unidade			
44	Soquete sem rabicho	123	Unidade			
45	Tomada dupla novo padrão 10a	246	Unidade			
46	Tomada dupla novo padrão 20a	246	Unidade			
47	Tomada simples novo padrão 10a	246	Unidade			
48	Tomada simples novo padrão 20a	246	Unidade			
49	Tubo pvc eletroduto 20mm	164	Unidade			
50	Tubo pvc eletroduto 25mm	164	Unidade			
51	Tubo pvc eletroduto 32mm	164	Unidade			
52	Tubo pvc eletroduto 40mm	205	Unidade			
53	Tubo pvc eletroduto 50mm	205	Unidade			
VALOR TOTAL						

GRUPO 02: Material Elétrico - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
54	Cabo flexível 1,50mm c/100	9	Rolo			
55	Cabo flexível 10,00mm	180	Metro			
56	Cabo flexível 2,5mm	360	Metro			
57	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	6	Rolo			
58	Cabo flexível 6,00mm	540	Metro			

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

59	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	540	Metro			
60	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	144	Metro			
61	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	144	Metro			
62	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	144	Metro			
63	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	144	Metro			
64	Cabo pp 4x2,5mm	108	Metro			
65	Cabo pp 4x4mm	108	Metro			
66	Caixa medidor monofásica	4	Unidade			
67	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	7	Unidade			
68	Curva rígida 3/4	18	Unidade			
69	Disjuntor monofásico 16a	27	Unidade			
70	Disjuntor monofásico 20a	27	Unidade			
71	Disjuntor trifásico 20a	18	Unidade			
72	Disjuntor trifásico 25a	18	Unidade			
73	Disjuntor trifásico 32a	18	Unidade			
74	Disjuntor trifásico 40a	18	Unidade			
75	Disjuntor trifásico 50a	14	Unidade			
76	Eletroduto rígido de 3/4	18	Unidade			
77	Fita isolante 10m	27	Unidade			
78	Fita isolante 20m	27	Unidade			
79	Haste de cobre p/aterramento	36	Unidade			
80	Interruptor com tomada	108	Unidade			
81	Interruptor duplo	45	Unidade			
82	Interruptor duplo c/tomada	36	Unidade			
83	Interruptor simples	45	Unidade			
84	Interruptor triplo	45	Unidade			
85	Lâmpada led 20w	180	Unidade			
86	Lâmpada led 40w	108	Unidade			
87	Lâmpada led 50w	180	Unidade			
88	Lâmpada led 60w	180	Unidade			
89	Luminária de emergência	45	Unidade			
90	Painel de sobrepor 18w	45	Unidade			
91	Painel de sobrepor 24w	45	Unidade			
92	Refletor led 100w	45	Unidade			
93	Refletor led 50w	45	Unidade			
94	Relé foto elétrico	90	Unidade			
95	Soquete com rabicho	36	Unidade			
96	Soquete de louça	27	Unidade			
97	Soquete sem rabicho	27	Unidade			
98	Tomada dupla novo padrão 10a	54	Unidade			
99	Tomada dupla novo padrão 20a	54	Unidade			
100	Tomada simples novo padrão 10a	54	Unidade			
101	Tomada simples novo padrão 20a	54	Unidade			
102	Tubo pvc eletroduto 20mm	36	Unidade			
103	Tubo pvc eletroduto 25mm	36	Unidade			
104	Tubo pvc eletroduto 32mm	36	Unidade			
105	Tubo pvc eletroduto 40mm	45	Unidade			
106	Tubo pvc eletroduto 50mm	45	Unidade			
VALOR TOTAL						

GRUPO 03: Material Elétrico para Iluminação Pública – COTA PRINCIPAL PARA AMPLA

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	V. Unitário	V. Total
107	Alca pré formada 16mm	82	Unidade			
108	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	99	Unidade			
109	Armação secundária de 1 estribo	99	Unidade			
110	Base para relé foto elétrico	165	Unidade			
111	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	10	Unidade			
112	Bocal de louça e-27	410	Unidade			
113	Bocal de louça e-40	246	Unidade			
114	Braço curvo para luminária	50	Unidade			
115	Braço reto para luminária	83	Unidade			
116	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	10	Unidade			
117	Cabo isolado de 10mm c/100	10	Unidade			
118	Cabo isolado de 16mm c/100	5	Unidade			
119	Cabo isolado de 2,5mm c/100	10	Unidade			
120	Cabo isolado de 4,0mm c/100	10	Unidade			
121	Cabo isolado de 6,0mm c/100	10	Unidade			
122	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	1640	Metro			
123	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	1230	Metro			
124	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	1230	Metro			
125	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	820	Metro			
126	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	820	Metro			
127	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	656	Metro			
128	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	410	Metro			
129	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	656	Unidade			
130	Cabo pp 2x1,50mm	41	Unidade			
131	Cabo pp 2x2,50mm	41	Unidade			
132	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	82	Unidade			
133	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	29	Unidade			
134	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	30	Unidade			
135	Conector de aterramento gut	82	Unidade			
136	Conector perfurante cdp70	164	Unidade			
137	Conector cunha tipo iii	82	Unidade			
138	Cordão torcido 2x1,50mm:	25	Metro			
139	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	5	Pacote			
140	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	66	Unidade			
141	Fita isolante alta fusão	41	Unidade			
142	Fita isolante pvc de 19mm x 20m,	82	Unidade			

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

	antichama					
143	Fusível cartucho 60a 250v	164	Unidade			
144	Grampo paralelo universal 70	246	Unidade			
145	Haste de aterramento cobreada	82	Unidade			
146	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	82	Unidade			
147	Lâmpada bulbo led 30w	164	Unidade			
148	Lâmpada bulbo led 40w	164	Unidade			
149	Lâmpada bulbo led 50w	164	Unidade			
150	Lâmpada led 80w	164	Unidade			
151	Luminária pública 100w ip67	99	Unidade			
152	Luminária pública 150w ip67	99	Unidade			
153	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	246	Unidade			
154	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	4	Unidade			
155	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	164	Unidade			
156	Projetor de led 100w	9	Unidade			
157	Projetor de led 200w	17	Unidade			
158	Projetor de led 400w	17	Unidade			
159	Reator vapor sódio 250w	123	Unidade			
160	Relé foto eletrônico	41	Unidade			
VALOR TOTAL						

GRUPO 04: Material Elétrico para Iluminação Pública - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	V. Unitário	V. Total
161	Alca pré formada 16mm	18	Unidade			
162	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	21	Unidade			
163	Armação secundária de 1 estribo	21	Unidade			
164	Base para relé foto elétrico	35	Unidade			
165	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	2	Unidade			
166	Bocal de louça e-27	90	Unidade			
167	Bocal de louça e-40	54	Unidade			
168	Braço curvo para luminária	10	Unidade			
169	Braço reto para luminária	17	Unidade			
170	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	2	Unidade			
171	Cabo isolado de 10mm c/100	2	Unidade			
172	Cabo isolado de 16mm c/100	1	Unidade			
173	Cabo isolado de 2,5mm c/100	2	Unidade			
174	Cabo isolado de 4,0mm c/100	2	Unidade			
175	Cabo isolado de 6,0mm c/100	2	Unidade			
176	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	360	Metro			
177	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	270	Metro			
178	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	270	Metro			
179	Cabo multiplexado duplex 35mm	180	Metro			

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

	alumínio					
180	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	180	Metro			
181	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	144	Metro			
182	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	90	Metro			
183	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	144	Unidade			
184	Cabo pp 2x1,50mm	9	Unidade			
185	Cabo pp 2x2,50mm	9	Unidade			
186	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	18	Unidade			
187	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	6	Unidade			
188	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	6	Unidade			
189	Conector de aterramento gut	18	Unidade			
190	Conector perfurante cdp70	36	Unidade			
191	Conector cunha tipo iii	18	Unidade			
192	Cordão torcido 2x1,50mm:	5	Metro			
193	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	1	Pacote			
194	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	14	Unidade			
195	Fita isolante alta fusão	9	Unidade			
196	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	18	Unidade			
197	Fusível cartucho 60a 250v	36	Unidade			
198	Grampo paralelo universal 70	54	Unidade			
199	Haste de aterramento cobreada	18	Unidade			
200	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	18	Unidade			
201	Lâmpada bulbo led 30w	36	Unidade			
202	Lâmpada bulbo led 40w	36	Unidade			
203	Lâmpada bulbo led 50w	36	Unidade			
204	Lâmpada led 80w	36	Unidade			
205	Luminária pública 100w ip67	21	Unidade			
206	Luminária pública 150w ip67	21	Unidade			
207	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	54	Unidade			
208	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	1	Unidade			
209	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	36	Unidade			
210	Projetor de led 100w	1	Unidade			
211	Projetor de led 200w	3	Unidade			
212	Projetor de led 400w	3	Unidade			
213	Reator vapor sódio 250w	27	Unidade			
214	Relé foto eletrônico	9	Unidade			
VALOR TOTAL						

Obs: A tabela deverá ser adaptada no caso de existência de cadastro de reserva e de acordo com o objeto registrado.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

3.1. O Órgão Gerenciador do Registro de Preços será o Município de Francisco Santos/PI, situada à Praça Licínio Pereira, nº 24, Bairro Centro, Francisco Santos/PI, CEP: 64.645-000, telefone (89) 98100-9569.

3.2. Não há outros órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. o órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observado os requisitos do item 4.1.

4.5.1. Dos limites para as adesões

4.5.1.1. as aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.5.1.2. o quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.5.1.3. para aquisição emergencial de material de consumo odontológico por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.5.1.2.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

4.5.1.4. a adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.2. Vedação a acréscimo de quantitativos

4.6. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. o contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. o instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. mantiverem sua proposta original.

5.4.3. será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2 alínea "a", aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

6.1.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. no caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. no caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

7.2.4. se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avalie a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

9.1.4.1. na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. por razão de interesse público;

9.4.2. a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. as sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Francisco Santos/PI, _____ de _____ de 2026.

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

JOSÉ EDSON DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Francisco Santos/PI
Em exercício

Representante legal do Fornecedor Beneficiário do Registro

COMISSÃO LICITAÇÃO FL P.M.F.S

ANEXO V

Pregão Eletrônico Nº 90051/2026 e **Processo Administrativo Nº 069/2026.**
NÚMERO INTERNO DO ÓRGÃO: 90051/2026 - Execução da Contratação: 981083 - 154/2026.
MINUTA DO CONTRATO Nº _____/2026/PMFS-PI.

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS-PI**, E A **EMPRESA _____**, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE FORNECIMENTO DE FORMA PARCELADA, DESTINADOS À PREFEITURA MUNICIPAL FRANCISCO SANTOS/PI, SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS/PI.

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO SANTOS/PI, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Lícínio Pereira, Nº 24, Centro, Francisco Santos – PI, CNPJ nº 06.553.713/0001-69, neste ato designada **CONTRATANTE**, representando pelo **Sr. JOSÉ EDSON DE CARVALHO**, Prefeito Municipal, residente e domiciliado à Rua Simplicio Pereira, nº 101, Bairro Centro, CEP: 64.645-000, Francisco Santos - PI, CPF nº _____-__, no uso da competência que lhe foi atribuída regimentalmente, e, em sequência, designado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº _____, estabelecida na cidade de _____, à Rua _____, que apresentou os documentos exigidos por lei, neste ato representado por _____, portador do CPF nº _____, e daqui por diante denominada simplesmente **CONTRATADA,** têm, entre si, justo e avençado e celebram, observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e suas alterações posteriores dias corridos, Decreto Municipal nº 019, de 22 de dezembro de 20223 e demais legislação aplicável, objetivando a *contratação de empresa para fornecimento de material elétrico, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI*, têm, entre si, justo e avençado e celebram, por força do presente instrumento, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo 069/2026-PMFS/PI**, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90051/2026 -PMFS/PI**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. Constitui-se objeto deste contrato, o Registro de Preços para futuras e eventuais contratações para fornecimento de material elétrico, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos, Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI, nas quantidades, condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II deste Edital, como se aqui estivessem transcritos. O Pregão identificado no preâmbulo e a proposta vencedora, integram este instrumento, independente de transcrição, conforme especificações e quantitativos abaixo

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

discriminados e proposta final da CONTRATADA.

Grupo 01: Material Elétrico - COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	V. Unitário	V. Total
1	Cabo flexível 1,50mm c/100	41	Rolo			
2	Cabo flexível 10,00mm	820	Metro			
3	Cabo flexível 2,5mm	1640	Metro			
4	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	30	Rolo			
5	Cabo flexível 6,00mm	2460	Metro			
6	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	2460	Metro			
7	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	656	Metro			
8	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	656	Metro			
9	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	656	Metro			
10	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	656	Metro			
11	Cabo pp 4x2,5mm	492	Metro			
12	Cabo pp 4x4mm	492	Metro			
13	Caixa medidor monofásica	16	Unidade			
14	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	33	Unidade			
15	Curva rígida 3/4	82	Unidade			
16	Disjuntor monofásico 16a	123	Unidade			
17	Disjuntor monofásico 20a	123	Unidade			
18	Disjuntor trifásico 20a	82	Unidade			
19	Disjuntor trifásico 25a	82	Unidade			
20	Disjuntor trifásico 32a	82	Unidade			
21	Disjuntor trifásico 40a	82	Unidade			
22	Disjuntor trifásico 50a	66	Unidade			
23	Eletroduto rígido de 3/4	82	Unidade			
24	Fita isolante 10m	123	Unidade			
25	Fita isolante 20m	123	Unidade			
26	Haste de cobre p/aterramento	164	Unidade			
27	Interruptor com tomada	492	Unidade			
28	Interruptor duplo	205	Unidade			
29	Interruptor duplo c/tomada	164	Unidade			
30	Interruptor simples	205	Unidade			
31	Interruptor triplo	205	Unidade			
32	Lâmpada led 20w	820	Unidade			
33	Lâmpada led 40w	492	Unidade			
34	Lâmpada led 50w	820	Unidade			
35	Lâmpada led 60w	820	Unidade			
36	Luminária de emergência	205	Unidade			
37	Painel de sobrepor 18w	205	Unidade			
38	Painel de sobrepor 24w	205	Unidade			
39	Refletor led 100w	205	Unidade			
40	Refletor led 50w	205	Unidade			
41	Relé foto elétrico	410	Unidade			
42	Soquete com rabicho	164	Unidade			
43	Soquete de louça	123	Unidade			
44	Soquete sem rabicho	123	Unidade			
45	Tomada dupla novo padrão 10a	246	Unidade			
46	Tomada dupla novo padrão 20a	246	Unidade			
47	Tomada simples novo padrão 10a	246	Unidade			

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

48	Tomada simples novo padrão 20a	246	Unidade			
49	Tubo pvc eletroduto 20mm	164	Unidade			
50	Tubo pvc eletroduto 25mm	164	Unidade			
51	Tubo pvc eletroduto 32mm	164	Unidade			
52	Tubo pvc eletroduto 40mm	205	Unidade			
53	Tubo pvc eletroduto 50mm	205	Unidade			
VALOR TOTAL						

GRUPO 02: Material Elétrico - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
54	Cabo flexível 1,50mm c/100	9	Rolo			
55	Cabo flexível 10,00mm	180	Metro			
56	Cabo flexível 2,5mm	360	Metro			
57	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	6	Rolo			
58	Cabo flexível 6,00mm	540	Metro			
59	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	540	Metro			
60	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	144	Metro			
61	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	144	Metro			
62	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	144	Metro			
63	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	144	Metro			
64	Cabo pp 4x2,5mm	108	Metro			
65	Cabo pp 4x4mm	108	Metro			
66	Caixa medidor monofásica	4	Unidade			
67	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	7	Unidade			
68	Curva rígida 3/4	18	Unidade			
69	Disjuntor monofásico 16a	27	Unidade			
70	Disjuntor monofásico 20a	27	Unidade			
71	Disjuntor trifásico 20a	18	Unidade			
72	Disjuntor trifásico 25a	18	Unidade			
73	Disjuntor trifásico 32a	18	Unidade			
74	Disjuntor trifásico 40a	18	Unidade			
75	Disjuntor trifásico 50a	14	Unidade			
76	Eletroduto rígido de 3/4	18	Unidade			
77	Fita isolante 10m	27	Unidade			
78	Fita isolante 20m	27	Unidade			
79	Haste de cobre p/aterramento	36	Unidade			
80	Interruptor com tomada	108	Unidade			
81	Interruptor duplo	45	Unidade			
82	Interruptor duplo c/tomada	36	Unidade			
83	Interruptor simples	45	Unidade			
84	Interruptor triplo	45	Unidade			
85	Lâmpada led 20w	180	Unidade			
86	Lâmpada led 40w	108	Unidade			
87	Lâmpada led 50w	180	Unidade			
88	Lâmpada led 60w	180	Unidade			
89	Luminária de emergência	45	Unidade			
90	Painel de sobrepor 18w	45	Unidade			
91	Painel de sobrepor 24w	45	Unidade			
92	Refletor led 100w	45	Unidade			
93	Refletor led 50w	45	Unidade			
94	Relé foto elétrico	90	Unidade			

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

95	Soquete com rabicho	36	Unidade			
96	Soquete de louça	27	Unidade			
97	Soquete sem rabicho	27	Unidade			
98	Tomada dupla novo padrão 10a	54	Unidade			
99	Tomada dupla novo padrão 20a	54	Unidade			
100	Tomada simples novo padrão 10a	54	Unidade			
101	Tomada simples novo padrão 20a	54	Unidade			
102	Tubo pvc eletroduto 20mm	36	Unidade			
103	Tubo pvc eletroduto 25mm	36	Unidade			
104	Tubo pvc eletroduto 32mm	36	Unidade			
105	Tubo pvc eletroduto 40mm	45	Unidade			
106	Tubo pvc eletroduto 50mm	45	Unidade			
VALOR TOTAL						

GRUPO 03: Material Elétrico para Iluminação Pública – COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	V. Unitário	V. Total
107	Alca pré formada 16mm	82	Unidade			
108	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	99	Unidade			
109	Armação secundária de 1 estribo	99	Unidade			
110	Base para relé foto elétrico	165	Unidade			
111	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	10	Unidade			
112	Bocal de louça e-27	410	Unidade			
113	Bocal de louça e-40	246	Unidade			
114	Braço curvo para luminária	50	Unidade			
115	Braço reto para luminária	83	Unidade			
116	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	10	Unidade			
117	Cabo isolado de 10mm c/100	10	Unidade			
118	Cabo isolado de 16mm c/100	5	Unidade			
119	Cabo isolado de 2,5mm c/100	10	Unidade			
120	Cabo isolado de 4,0mm c/100	10	Unidade			
121	Cabo isolado de 6,0mm c/100	10	Unidade			
122	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	1640	Metro			
123	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	1230	Metro			
124	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	1230	Metro			
125	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	820	Metro			
126	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	820	Metro			
127	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	656	Metro			
128	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	410	Metro			
129	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	656	Unidade			
130	Cabo pp 2x1,50mm	41	Unidade			

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

131	Cabo pp 2x2,50mm	41	Unidade			
132	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	82	Unidade			
133	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	29	Unidade			
134	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	30	Unidade			
135	Conector de aterramento gut	82	Unidade			
136	Conector perfurante cdp70	164	Unidade			
137	Conector cunha tipo iii	82	Unidade			
138	Cordão torcido 2x1,50mm:	25	Metro			
139	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	5	Pacote			
140	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	66	Unidade			
141	Fita isolante alta fusão	41	Unidade			
142	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	82	Unidade			
143	Fusível cartucho 60a 250v	164	Unidade			
144	Grampo paralelo universal 70	246	Unidade			
145	Haste de aterramento cobreada	82	Unidade			
146	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	82	Unidade			
147	Lâmpada bulbo led 30w	164	Unidade			
148	Lâmpada bulbo led 40w	164	Unidade			
149	Lâmpada bulbo led 50w	164	Unidade			
150	Lâmpada led 80w	164	Unidade			
151	Luminária pública 100w ip67	99	Unidade			
152	Luminária pública 150w ip67	99	Unidade			
153	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	246	Unidade			
154	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	4	Unidade			
155	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	164	Unidade			
156	Projetor de led 100w	9	Unidade			
157	Projetor de led 200w	17	Unidade			
158	Projetor de led 400w	17	Unidade			
159	Reator vapor sódio 250w	123	Unidade			
160	Relé foto eletrônico	41	Unidade			
VALOR TOTAL						

GRUPO 04: Material Elétrico para Iluminação Pública - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	V. Unitário	V. Total
161	Alca pré formada 16mm	18	Unidade			
162	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	21	Unidade			
163	Armação secundária de 1 estribo	21	Unidade			
164	Base para relé foto elétrico	35	Unidade			
165	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	2	Unidade			
166	Bocal de louça e-27	90	Unidade			

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

167	Bocal de louça e-40	54	Unidade			
168	Braço curvo para luminária	10	Unidade			
169	Braço reto para luminária	17	Unidade			
170	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	2	Unidade			
171	Cabo isolado de 10mm c/100	2	Unidade			
172	Cabo isolado de 16mm c/100	1	Unidade			
173	Cabo isolado de 2,5mm c/100	2	Unidade			
174	Cabo isolado de 4,0mm c/100	2	Unidade			
175	Cabo isolado de 6,0mm c/100	2	Unidade			
176	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	360	Metro			
177	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	270	Metro			
178	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	270	Metro			
179	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	180	Metro			
180	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	180	Metro			
181	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	144	Metro			
182	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	90	Metro			
183	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	144	Unidade			
184	Cabo pp 2x1,50mm	9	Unidade			
185	Cabo pp 2x2,50mm	9	Unidade			
186	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	18	Unidade			
187	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	6	Unidade			
188	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	6	Unidade			
189	Conector de aterramento gut	18	Unidade			
190	Conector perfurante cdp70	36	Unidade			
191	Conector cunha tipo iii	18	Unidade			
192	Cordão torcido 2x1,50mm:	5	Metro			
193	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	1	Pacote			
194	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	14	Unidade			
195	Fita isolante alta fusão	9	Unidade			
196	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	18	Unidade			
197	Fusível cartucho 60a 250v	36	Unidade			
198	Grampo paralelo universal 70	54	Unidade			
199	Haste de aterramento cobreada	18	Unidade			
200	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	18	Unidade			
201	Lâmpada bulbo led 30w	36	Unidade			
202	Lâmpada bulbo led 40w	36	Unidade			
203	Lâmpada bulbo led 50w	36	Unidade			
204	Lâmpada led 80w	36	Unidade			

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

205	Luminária pública 100w ip67	21	Unidade			
206	Luminária pública 150w ip67	21	Unidade			
207	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	54	Unidade			
208	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	1	Unidade			
209	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	36	Unidade			
210	Projetor de led 100w	1	Unidade			
211	Projetor de led 200w	3	Unidade			
212	Projetor de led 400w	3	Unidade			
213	Reator vapor sódio 250w	27	Unidade			
214	Relé foto eletrônico	9	Unidade			
VALOR TOTAL						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ter sua vigência prorrogada, por iguais períodos, desde que mantida a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO

3.1. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA a outrem, não se admitindo a subcontratação.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUSTENTABILIDADE

4.1. A Contratada deverá adotar boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:

4.1.1. em regra, os impactos ambientais provenientes da contratação são mínimos, visto que se trata da aquisição de veículos que já saem de fábrica devidamente adaptados para atender às Legislações brasileiras para controle de emissão de gazes poluentes, além do fato de que revisões preventivas (em garantia) e corretivas são realizadas em empresas autorizadas, que dispõe de destinação correta para óleo e demais componentes oriundos de descarte dos veículos.

4.1.2. não há impactos ambientais resultantes da contratação, no entanto, a contratada deverá observar:

4.1.2.1. proteção à segurança e à saúde dos trabalhadores dos serviços de saúde e daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral, consubstanciada na Norma Regulamentadora NR 32/ABNT.

4.1.2.2. boas práticas para o processamento de produtos de saúde (Resolução da Diretoria Colegiada RDC 15/2012 – Anvisa).

4.1.2.3. destinação ambiental adequada dos resíduos de saúde (Resolução n. 358/2005 – CONAMA e Resolução da Diretoria Colegiada RDC 222/2018 – ANVISA). (vide disposições detalhadas no item que trata dos RESÍDUOS- Serviços de saúde deste Guia).

4.1.2.4. utilização de produtos de acordo com as diretrizes da Anvisa e Inmetro, se existentes.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

4.1.2.5. a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução CONAMA nº 358, de 2005 e RDC 222, de 2018 – ANVISA.

4.1.2.6. racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes.

4.1.2.7. destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades objeto da contratação, realizando o descarte correto de materiais potencialmente poluidores.

4.1.2.8. utilizar lacres e rótulos compostos de materiais recicláveis e ou biodegradáveis.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR DO CONTRATO

5.1. O valor global do presente CONTRATO é de _____ (_____), a ser pago por meio de ordem de crédito na Conta da Contratada nº_____; Agência_____; Banco _____; Pix _____; para todo o período de sua vigência, conforme valores na proposta vencedora.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento do objeto contratado efetivamente fornecido será efetuado mediante ordem de crédito em conta corrente da Contratada indicada na sua Proposta, e dar-se-á no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contados após solicitação de pagamento na sede da Unidade Requerente da Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI, das 7:00 às 13:00 horas devidamente instruído com os seguintes documentos, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/1964:

6.1.1. requerimento de pagamento contendo no mínimo a qualificação do credor (dados básicos, data e assinatura do representante legal), o valor requerido e a competência a que se refere;

6.1.2. nota de Empenho (cópia);

6.1.3. Nota Fiscal, atestada pelo fiscal do contrato;

6.1.4. comprovantes da entrega do material e/ou da prestação efetiva do serviço;

6.1.5. cópia do contrato e aditivos (se for o caso); caso inexista, apresentar Ordem de Fornecimento doobjeto;

6.1.6. certidões de fiscal, social e trabalhista, constante do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.7. Declaração do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou documentos aptos asubstituir as referidas certidões nele mencionadas;

6.1.8. comprovação da condição de optante do SIMPLES: apenas credores optantes;

6.1.9. outros documentos contratualmente exigidos: o credor deve verificar particularidades estabelecidas no instrumento contratual como: relatórios, comprovantes de cumprimento de obrigações tributárias, previdenciárias, trabalhistas ou outros.

6.2. O prazo para pagamento somente começará a fluir a partir da data da solicitação, devidamente instruído, sendo o prazo interrompido em caso do não atendimento.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

6.3. Se a Nota Fiscal apresentar irregularidades, falhas ou omissões que comprometam a liquidação da despesa, ou a CONTRATADA não apresentar todas as condições de habilitação, o prazo supracitado será contado a partir da data emque tais impropriedades forem sanadas.

6.4. Não serão efetuados quaisquer pagamentos à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, certidão irregular, atraso do pagamento dos salários e recolhimento dos respectivos encargos sociais. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste documento, sob pena de aplicação das sanções previstas neste instrumento e indenização pelos danos decorrentes.

6.5. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em queserá garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

6.6. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato ou instrumentoequivalente;

6.7. Não haverá, em hipótese alguma, pagamento antecipado.

6.8. Os casos omissos obedecerão aos ditames da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.9. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a licitante vencedora não tenha concorrido de alguma forma para tanto, incidirão correção monetária e juros moratórios. Fica convencionado que a correção monetária e os encargos moratórios devidos pelo Município de Francsico Santos, Estado do Piauí entre a data acima referida e a do efetivo pagamento da nota Fiscal/fatura será calculada por meio da aplicação da seguinte formula: IR = (I - Io) / Io

6.10. Onde:

IR – Índice de reajustamento procurado.

Io – Índice inicial: índice do mês de apresentação da proposta.

I – Índice final: índice correspondente à data do reajuste.

6.11. A correção monetária será calculada por meio do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do IBGE.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92 XIV)

7.1. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os produtos e executar os serviços dentro das especificações exigidas neste termo de referência.

7.2. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor total contratado.

7.3. Encaminhar a Nota de Empenho para a CONTRATADA.

7.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações, dentro dos prazos estabelecidos.

7.5. Acompanhar e fiscalizar o objeto do contrato, por meio do fiscal de contrato, especialmente designada para tanto.

7.6. Notificar, por escrito, à CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste termo de referência e na lei vigente.

7.7. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste termo de referência.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI)

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

8.1. Fornecer o objeto contratado conforme especificações, validades e preços propostos na licitação, e nas quantidadese modelos solicitados pela Administração.
8.2. Entregar o objeto contratado estritamente no prazo estipulado, em perfeitas condições, sem indícios de avarias ou violação.
8.3. Responsabilizar-se por todo e qualquer ônus decorrente da entrega do objeto licitado, inclusive frete.
8.4. Responsabilizar-se pela logística do objeto contratado, até as dependências do Setor de Almoxarifado da SMS/FS/PI, não sendo o CONTRATANTE responsável pelo fornecimento de mão de obra para viabilizar o transporte.
8.5. Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), propostos pela Administração do MFS/PI, conforme previsto no art. 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.
8.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas dos valores devidos aos seus empregados no cumprimento das obrigações contraídas nesta licitação.Entregar o objeto contratado acompanhado de Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.
8.7. Encaminhar cópia de Documento Auxiliar de Nota Fiscal Eletrônica e Certidões de Regularidade Fiscal e Trabalhista;
8.8. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao MFS /PI e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;
8.9. Indicar, por escrito, preposto ou profissional equivalente (e seu eventual substituto), fornecendo número de telefone e e-mail institucional para contato, ao qual o CONTRATANTE possa reportar-se quanto à fiel execução do contrato e cuidar para que este profissional alocado mantenha permanente contato com os responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato;
8.10. Manter, durante a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
8.11. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, qualquer mudança de endereço, e-mail ou telefone;
8.12. Aceitar o prazo residual de 05 (cinco) dias úteis, a partir da ciência do interessado, para as situações cujos prazos não se encontram expressamente previstos no termo de referência;
8.13. Garantir a execução do objeto sempre embasada nos critérios de sustentabilidade previstos neste termo de referência, quando couber.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;
9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;
9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;
9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado;
9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceçãodas hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

9.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;
9.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância;
9.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados;
9.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;
9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos;
9.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilizaçãodesses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD;
9.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DO OBJETO

10.1. A contratação conta com a garantia de execução, nos moldes do art.96 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato;
10.2. Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia:
10.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública sendo estes emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus credores econômicos, definido pelo Ministério da Economia.
10.2.2. Seguro-garantia, modalidade "Seguro-garantia do Prestador de Serviço", representado por apólice de seguro emitida especialmente para esse fim, devendo ter como importância segurada o valor nominal da garantia exigida e como beneficiário o contratante.
10.2.3. Fiança bancária, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
10.3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021:
I - o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
II - o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.
12.4. Nas contratações, a garantia poderá ser de até 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

12.5. Tal percentual se justifica em razão da complexidade técnica que envolve este tipo de objeto, bem como, dos riscos envolvidos. Pois, de acordo com o o disposto no Acórdão 1079/2019 – TCU – Plenário, 37,5% das obras auditadas em 2019 estavam paralisadas, quantitativo esse absolutamente desproporcional.

10.6. Não haverá quaisquer acréscimos de pagamento pelo CONTRATANTE em virtude de cobertura da garantia do objeto, por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

11.1. O objeto será recebido:

11.1.1. provisoriamente, em até 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento do objeto, mediante documento lavrado com a assinatura do Fiscal de Contrato e do preposto da CONTRATADA, para efeito de posterior consolidação do mês;

11.1.2. definitivamente**,** mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, pelo Fiscal de Contrato, em até 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento do objeto, que consolidará a documentação lavrada durante o recebimento provisório, ocasião em que se fará constar o Atesto na Nota Fiscal.

11.2. O objeto, que for entregue em desconformidade com o especificado neste Termo ou o indicado na proposta serão rejeitados parcial ou totalmente, conforme o caso, e a CONTRATADA será obrigada a substituí-lo no prazo de até 3 (três) dias consecutivos, contados da data do recebimento da Notificação escrita, necessariamente acompanhada do Termo de Recusa.

O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e segurança dos produtosfornecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO E DA GESTÃO CONTRATUAL

12.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

12.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato ou pelos respectivos substitutos (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

12.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);

12.5. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 119);

12.6. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

12.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei Federal nº 14.133/2021, art. 120);

12.8. Nos termos do art. 120. da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados:

12.8.1. Fica designada a servidora **Marinalva Ana de Jesus Carvalho**, CPF nº 451.267.123-49, e-mail: gal.anajeses@hotmail.com, telefone (89) 98114-8719 e Matrícula nº 00010519, como a gestora titular do presente Contrato", a qual acompanhará a execução do fornecimento;

12.8.2. Fica designada a servidora Marília Maria Santos Silva Lima, SSP/PI, CPF nº 018.211.233-01, e-mail: marilha_2014@hotmail.com, telefone: (89) 98109-8075, matrícula nº 000494, como a "gestora suplente do presente Contrato", o qual acompanhará a execução do fornecimento na impossibilidade da titular;

12.8.3. Fica designado o servidor **Ramon Carlos de Sousa,** CPF nº 041.817.443-10, e-mail: ramon.carlos18@hotmail.com, telefone: (89) 98143-8742 e matrícula nº 000649, como o "fiscal titular do presente Contrato", o qual acompanhará a execução do fornecimento;

12.8.4. Fica designada a servidora Graciene Maria Rodrigues Silva, portadora do RG Nº 2.450.365 SSP/PI, CPF nº 010.161.573-63. E-mail: gracienerodriguesane@hotmail.com, telefone (89) 98108-5594, matrícula nº 000162, como a "fiscal suplente do presente Contrato", a qual acompanhará a execução do fornecimento na impossibilidade da titular.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

13.1. O prazo de entrega dos materiais é de 05 (cinco) dias, a contar da data da ordem de compra emitida por servidor devidamente credenciado, mediante contrato administrativo devidamente assinado, sob pena de incorrer em penalidades legais.

13.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 01 (dia) dias após ciência da autorização de fornecimento. Não havendo tal comunicação, comprovada de impedimento de fornecimento no prazo estipulado, a Contratante poderá abrir processo de advertência e penalidade nos casos de atraso nas entregas.

13.3. Os bens deverão ser entregues no endereço definido no pedido e autorização de fornecimento, limitando-se a área do município de Francisco Santos/PI. O horário de entrega será nos horários de expediente do órgão contratante, entre 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados inclusive municipais.

13.4. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

13.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

aceitação mediante termo detalhado.

13.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

13.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

14.1. Nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

14.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviçospúblicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto contratado sem motivo justificado;

14.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Pela inexecução do objeto desta licitação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o CONTRATANTE;

14.2.2. multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor do objeto ou item inadimplido, até o limite de 15 (quinze) dias;

14.2.3. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do objeto ou item inadimplido, no caso de inexecução parcial do objeto, caracterizada pelo atraso injustificado de mais de 15 (quinze) dias contados a partir do prazo final de entrega inicialmente pactuado.

14.2.4. multa compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, caracterizada pelo atraso injustificado de mais de 30 (trinta) dias contados a partir do prazo final de entrega inicialmente pactuado.

14.2.5. impedimento de licitar e contratar com o Município de Francisco Santos – PI, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

14.2.6. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, e quanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

14.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista nos itens anteriores também é aplicável em quaisquer dashipóteses previstas como infração administrativa no subitem 14.1;

14.4. As sanções previstas nos subitens serão aplicados de acordo com o art.156 da Lei Federal nº 14.133/21.

14.5. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

14.5.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

14.5.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA;

14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;

14.8. Nas penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO PREÇO E REAJUSTE (art. 92, V)

15.1 O preço contratado é fixo e irreajustável, pelo período de 12 (doze) meses;

15.2 Após o interregno de um ano, os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, mediante a aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, em conformidade com a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

16.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto;

16.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto,caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato;

16.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

16.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

16.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

16.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditórioe a ampla defesa.

16.4.1. nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

16.4.2. a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

16.4.2.1. se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

16.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

16.5.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

16.5.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

16.5.3. indenizações e multas.

16.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

17.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no OGM para o exercício de 2026 na classificação abaixo:

FONTES DE RECURSOS	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESAS
500 – Recursos não Vinculados de Impostos.	04/122/0002/2201 – Manutenção e funcionamento dos Serviços de Administração Geral.	33.90.30 – Material de Consumo.
540 – Transferências do FUNDEB – Impostos e Transferência de Impostos.		
541 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAF.	12/361/0009/2501 – Manutenção e funcionamento do Ensino Fundamental.	
542 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAT.		
543 – Transferências do FUNDEB – Complementação da União – VAAR.	12/365/0010/2507 – Manutenção das Escolas e Creches do Ensino Infantil.	
550 – Transferência do Salário – Educação.		
569 – Outras Transferências de Recursos do FNDE.	12/361/0009/2518 – Manutenção do Programa Salário Educação - QSE.	
599 – Outros Recursos Vinculados a Educação.		
600 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS proveniente do Governo Federal.	10/301/0014/2612 – Manutenção da Secretaria de Saúde.	
621 – Transferência Fundo a Fundo de Recursos do SUS proveniente do Governo Estadual.	08/244/0016/2813 – Manutenção das Atividades do Serviço Social do Município.	
660 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FMAS.	12/361/0024/2514 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental – FUNDEB 30%.	
799 – Outras Vinculações Legais.	10/302/0014/2611 – Manutenção da Unidade Mista de Saúde.	

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011,

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA RESPONSABILIDADE

20.1. A CONTRATADA responde civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa, no cumprimento do contrato, venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, correndo às suas expensas, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE, o ressarcimento ou indenização pelos danos ou prejuízos causados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA– DAS ALTERAÇÕES:

21.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
I - Unilateralmente pela Administração:
a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
b) Quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;
II - Por acordo entre as partes:
a) Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
b) Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
c) Quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
d) Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
21.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.
21.3. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO (art. 92, §1º)

22.1. Fica eleito o foro da cidade Picos, Estado do Piauí, para dirimir os conflitos que possam advir da execução do presente Contrato, que não possam ser resolvidas por meios administrativos, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E por assim estarem justas e CONTRATADAS, assinam o presente contrato em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Francisco Santos – PI, ___ de _____ de 2026.

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

Município de Francisco Santos/PI
JOSÉ EDSON DE CARVALHO
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Representante Legal da CONTRATADA

A Procuradoria do Município atesta que o contrato preenche os requisitos legais, em atendimento as normas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

Procuradoria do Município

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

Estudo Técnico Preliminar 042/2026

1. Informações Básicas:

Número do processo: 069/2026.
Execução da Contratação: 154/2026.
UASG: 981083.
O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade nele especificada.
O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. Objeto:

Trata-se de estudo técnico preliminar solicitado pela Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral do município de Francisco Santos – PI, a fim de subsidiar o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de **material elétrico** para futuras e eventuais contratações de fornecimento de forma parcelada, destinados à Prefeitura Municipal Francisco Santos/PI, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde do Município de Francisco Santos/PI.

3. Descrição da Necessidade da Contratação:

O presente registro visa suprir a demanda imediata de aquisição de material elétrico, para o sistema de iluminação pública distribuídas entre vias urbanas, praças e demais espaços públicos. O município vem adotando a substituição das antigas luminárias por modelos de tecnologia LED, medida que, à época, trouxe ganhos expressivos em eficiência energética e melhoria da luminosidade. Deste modo, para reduzir custos e otimizar os serviços, procede-se a presente licitação na modalidade Pregão para o Registro de Preços.
A Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral/SEGOV, justificar a grande necessidade da obtenção dos materiais, uma vez que é imprescindível a aquisição para suprir às necessidades das secretarias vinculadas a Prefeitura Municipal de Francisco Santos-PI, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades organizacionais. Precisa, portanto, oferecer sempre espaços adequados e em boas condições de uso e funcionamento.
Com o passar dos anos, entretanto, observa-se aumento significativo na ocorrência de falhas e queima de luminárias, resultando em pontos de escuridão e irregularidades na iluminação de diversas regiões do município. Esse cenário decorre do desgaste natural dos equipamentos, somado à exposição prolongada às intempéries, variações de tensão, quedas de energia, descargas atmosféricas e outros eventos fortuitos ou de força maior.
Essas condições têm comprometido a regularidade e a eficiência do serviço público de iluminação, considerado essencial à segurança da população, à mobilidade noturna e à valorização dos espaços urbanos. O problema tende a ser agravado pela expansão urbana e industrial prevista para os

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

próximos anos, especialmente com a implantação do novo setor industrial, que ampliará a necessidade de cobertura luminosa em áreas atualmente desprovidas de infraestrutura elétrica.

O Município de Francisco Santos/PI, tem vários imóveis distribuídos entre a zona urbana e rural dispersa, com prédios construídos desde o século XVII ao século XXI, com a diversidade e pluralidade muito grande de tipologias construtivas e arquitetônicas, dessa forma, o Município, constitui-se em uma construção coletiva, que ao longo do tempo precisa sempre estar se atualizando, se modernizando e se diversificando para atender a grande demanda de serviços de engenharia elétrica.

O Município de Francisco Santos/PI, a fim de atender aos objetivos de proporcionar a comunidade em geral uma excelência no desempenho de suas atividades, precisa modernizar as suas instalações, envolvendo a necessidade de adaptações e adequações de estruturas e instalações antigas para novos atender as necessidades administrativas afim de manutenção de forma necessária e adequada aos prédios e logradouros públicos pertencentes e de sua responsabilidade.

Desse modo, devido as necessidades técnicas de atualização e de atendimento as mudanças das normas e diretrizes dos órgãos controladores e aos recentes protocolos de segurança para o desempenho das atividades presenciais, é necessário proceder pequenas reformas e reparos que nem sempre são previsíveis, assim a opção de realizarmos esse pregão na modalidade de sistema de registro de menor preço, se justifica de modo a facilitar e atender às necessidades e garantir a operação de todas as atividades desta municipalidade em seus diversos prédios públicos municipais.

Os serviços contratados visam atender as necessidades e garantir a operação de todas as atividades desta municipalidade no que couber aos serviços de reparos elétricos e às pequenas reformas, necessários para a instalação de novos equipamentos e adequações que possam garantir a continuidade das atividades administrativas, e proporcionar a utilização de novas funcionalidades em suas unidades/órgãos desse Município.

Entendendo-se por pequenas reformas, os serviços comuns de construção (das áreas de engenharia civil, elétrica) das áreas existente, adequando/modernizando a sua funcionalidade sem alteração significativa.

A viabilidade técnica e econômica desta escolha sustenta-se pelos seguintes argumentos:

Os serviços previstos para essa contratação enquadram-se em serviços comuns de engenharia, por serem de baixa complexidade, podendo ser executados por profissionais habilitados, porém sem a exigência de experiência anterior.

Otimização do processo de contratação, visto que por meio deste único processos licitatórios várias pequenas reformas poderão ser realizadas, dispensando a realização de um processo licitatório para cada pequena reforma, economizando tempo e recursos reduzindo os custos da máquina pública com a realização de vários processos licitatórios.

Considerando, que a Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral/SEGOV, busca dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas das unidades organizacionais, na aquisição de reformas e manutenção predial do Município de forma adequada.

No que se refere, ao quantitativo do objeto disposto no Termo de Referência, o mesmo foi mensurado levando-se em consideração uma quantidade estimada suficiente ao atendimento da demanda, devidamente ponderado em históricos anteriores pelos departamentos responsáveis pela supervisão da aquisição de serviços de engenharia elétrica para, sob demanda, prestar serviços comuns de engenharia para execução de serviços de reparos e pequenas reformas, com fornecimento de equipamentos e mão de obra necessária à execução dos serviços elétricos a serem solicitados, mediante o regime de empreitada por Preço Unitário, respeitando uma margem de suportar um eventual aumento da demanda.

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

Tendo como base o Princípio da continuidade dos serviços públicos, segundo o qual a Administração Pública executa suas atribuições essências ou necessárias aos administrados, entende-se que a aquisição do objeto deste Termo de Referência é imprescindível para adequada para Secretarias Vinculadas a Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI.
Sendo assim, o serviço público, como atividade de interesse coletivo, visando a sua aplicação diretamente a população, não pode parar, deve ele ser sempre continuo, pois sua paralisação total, ou até mesmo parcial, poderá acarretar prejuízos aos seus usuários.
Ao contratar esses serviços a finalidade é atender-se aos padrões de qualidade, tempestividade e eficácia nos serviços a serem realizados, propiciando a manutenção dos ambientes do Patrimônio Municipal para a execução de suas atividades fins
A presente licitação será realizada por meio de Pregão, na forma Eletrônica, tendo em vista tratar-se de aquisição de bens de natureza comum, de que trata a Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 019/2023, por possuir padrões de desempenho e características gerais e especificas usualmente encontradas no mercado, podendo ser licitado por meio de pregão. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.
Diante desse cenário, constata-se a necessidade administrativa de garantir a manutenção e o pleno funcionamento do sistema de iluminação pública municipal, de modo a preservar a segurança, o conforto e o bem-estar da população.

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os serviços a serem contratados se enquadram como **bens e serviços comuns**, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispõe o inciso XIII, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, bem como **continuados**, pois a sua interrupção pode comprometer o devido continuados funcionamento da Instituição. Portanto, sua contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro.
O período de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme necessidade e conveniência da Administração por até 60 (sessenta) meses.
A descrição dos bens a serem adquiridos contém as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto.
Visando garantir a continuidade das atividades do Município de Francisco Santos/PI, a contratada pela Administração deverá atender à administração municipal com medidas de manutenção predial e urbana preventiva e corretiva, coordenadas pela Secretaria Municipal de Governo e Administração – SEGOV do Município de Francisco Santos/PI.
Os materiais a serem contratados devem atender a requisitos funcionais, de desempenho, qualidade, segurança e sustentabilidade, de modo a assegurar a eficiência e a durabilidade do sistema de iluminação pública municipal. Do ponto de vista funcional, os produtos deverão ser plenamente compatíveis com o sistema elétrico e de iluminação já existente, garantindo luminosidade adequada e operação contínua em ambientes externos. Quanto ao desempenho, deverão apresentar eficiência luminosa elevada, baixo consumo energético e vida útil mínima estimada de três anos, considerando as condições de uso e fatores externos como descargas elétricas, variações de tensão e intempéries.

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

Em termos de qualidade e segurança, os materiais deverão possuir certificações e conformidade com normas da ABNT e do INMETRO, assegurando proteção elétrica, resistência mecânica e estanqueidade adequadas às condições ambientais da região. Cada requisito técnico é indispensável para garantir a segurança dos trabalhadores responsáveis pela manutenção e a confiabilidade do sistema de iluminação pública.

Os requisitos de sustentabilidade também devem ser observados, priorizando produtos com tecnologia LED de alta eficiência, que contribuam para a redução do consumo de energia elétrica e da emissão de gases de efeito estufa, bem como para a diminuição da necessidade de substituição frequente, reduzindo o descarte de resíduos. O processo de descarte de materiais inservíveis deverá atender às normas ambientais e às políticas de logística reversa.

Observa-se que também se deve satisfazer as deliberações dos órgãos Ambientais, de modo a garantir o seguimento das Resoluções CONAMA.

A contratação deverá ser robusta o suficiente para abranger as várias modalidades de construções existentes no Município com vários tipos de serviços de conservação e manutenção, bem como as construções atuais, que estão mais eficientes e sustentáveis, que envolvem as INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, e muitos outros aspectos que aumentam o escopo dos itens de insumos e mão de obra. Cabe ainda acrescentar que o contrato abrangerá manutenções preventivas, corretivas e preditivas nas áreas prediais urbanas e na zona rural do município, que envolverão as áreas de elétrica, nos seus mais variáveis aspectos estruturais.

Os bens a serem adquiridos enquadra-se como bem comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 019/2023, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico SRP. Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão eletrônico SRP e julgamento por Menor Preço. Alcançando-se os dois objetivos primordiais de qualquer licitação, quais sejam: a seleção da proposta mais vantajosa e a garantia do princípio da isonomia.

As especificações técnicas do objeto desta ação deverão estar detalhadas no Termo de Referência elaborado com base neste estudo técnico preliminar e de acordo com a solicitação elaborada pelo setor de tecnologia da informação.

Das condições de fornecimento de materiais permanentes: Os produtos deverão ser 100% novos.

Não serão aceitos produtos diferentes dos especificados no Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, falsificados, remanufaturados, recondicionados, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança rompidos, ou que não sejam originais do fabricante do equipamento, quando o item especificadamente exigir.

Os produtos devem ser entregues, acondicionados em suas embalagens originais, lacradas de forma tecnicamente correta.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

A realização de Pregão Eletrônico por meio do Sistema de Registro de preços faz-se necessária em razão da impossibilidade de se definir previamente quantitativo a ser demandado pela Administração e da necessidade de contratações frequentes, com previsão de entregas parceladas.

O material a ser adquirido enquadra-se como bem comum, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 019/2023, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas, usualmente encontradas no mercado, podendo, portanto, ser

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

licitado por meio da modalidade Pregão Eletrônico SRP. Assim, a aquisição mostra-se viável na modalidade de compra por Pregão eletrônico SRP e julgamento por Menor Preço.
Quanto aos aspectos ambientais, os materiais especificados nas listas de compras fazem parte de um processo de aquisição de produtos certificados e qualificados com selos de qualidade de acordo com as normas vigentes. Portanto as especificações contemplam além das características da matéria prima usada na confecção dos produtos, critérios para armazenagem e reciclagem. Desta forma a compra de materiais permanentes para o Município de Francisco Santos/PI, integra aspectos ambientais e sociais com objetivo de gerar benefícios econômicos, reduzir impactos ao meio ambiente e à saúde humana.
A solução escolhida de Pregão Eletrônico prende-se inicialmente ao fato de se tratar de aquisição de bens comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 019/2023, tornando obrigatória para a Administração Pública Municipal, a utilização da modalidade pregão, na forma eletrônica, além de técnica, economicamente viável e mais apropriação, considerando a logística de reposição dos materiais. Portanto as aquisições de aparelhos de ar condicionado visam atender as necessidades deste Município de Francisco Santos/PI.
Os materiais deverão ser fornecidos mediante emissão de Nota de Empenho. Os itens devem ser entregues de acordo com orientação do fiscal de contrato e/ou gestor, indicado para o recebimento e quando necessário com a devida supervisão de servidores da Unidade requisitante.
A entrega dos produtos deverá ser feita na Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI, situado à Praça Licínio Pereira, nº 24, Bairro Centro, CEP: 64.645-000, Francisco Santos/PI nos horários das 07h às 13h, em dias úteis obedecendo ao prazo de 05 (cinco) dias, devendo o material a ser entregue, receber a prévia aprovação do Fiscal do Contrato, que se reserva ao direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam os padrões específicos.
Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
Todas as despesas de envio, transporte, carga, descarga, substituição ou acréscimo de materiais e outras para efetiva entrega dos materiais, correção por conta do fornecedor.
A aquisição de tais materiais individualizados e sob demanda gera, recorrentemente, dificuldades à Administração, tanto em função da complexidade quanto da quantidade de procedimentos licitatórios a serem realizados para este fim em um mesmo período. De forma a garantir disponibilidade contínua de materiais permanente para o MFS-PI e reduzir a quantidade de procedimentos licitatórios a serem realizados em um mesmo período para fins similares, propõe-se o registro de preços de diversos materiais permanente utilizados no âmbito desta municipalidade, possibilitando, assim, a sua aquisição sob demanda por um período de doze meses a partir de sua homologação.
Em síntese, os materiais a serem adquiridos devem reunir características que garantam funcionamento contínuo, segurança elétrica, economia energética e conformidade ambiental, observando-se que os requisitos técnicos detalhados estão descritos no termo de referência.

5. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

Secretaria de Governo e Administração – SEGOV	Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho

6. Levantamento de Mercado

Neste tópico urge a importância de pesquisar e determinar as soluções capazes de atender satisfatoriamente a necessidade administrativa alinhadas aos princípios constitucionais que regem a administração pública.

As possibilidades de solução do mercado seria a produção, o que é inviável, ou a compra dos materiais. Isto posto, entende - se que a melhor forma de atendimento desta demanda será a contratação de empresa para fornecimento de material permanente, já que por se tratar de equipamentos de informática que visam atender diversas áreas e funções se faz necessário a realização de um procedimento próprio, individualizado, apto a atender as necessidades do Município de Francisco Santos - PI.

O objeto aqui discutido pode ser observado amplamente em contratações similares, realizadas anteriormente por outras entidades da Administração Municipal, Estadual e Federal.

Há, no mercado, diversos fornecedores que trabalham com os materiais solicitados, não havendo, portanto, restrições de mercado. Para todos os itens elencados, foram considerados preços praticados em contratações similares de outros órgãos e também foram considerados preços praticados por fornecedores locais e regionais e inseridos no processo licitatório e considerados para a média de preços.

Foi verificado que os itens que compõem o objeto são os que melhor atende a necessidade especificada, não havendo no mercado alternativa que traga a eficiência desejada para a solução da demanda.

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Prefeitura Municipal de Francisco Santos - PI. No entanto, ao não se constatar a existência de quaisquer inovações em outros órgão da Administração, a presente equipe de planejamento entende ter escolhido o melhor tipo de solução a ser contratada, sobretudo por se tratar de formato de contratação majoritariamente utilizado pelos demais órgão da Administração.

Os requisitantes declararam que a pesquisa de preços foi realizada obedecendo aos parâmetros previstos na Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65, de 7 de julho de 2021. Portanto, para fins de orçamentação e análise de vantajosidade da solução, foram priorizados os parâmetros previstos nos incisos I - Painel de Preços do Governo Federal no endereço eletrônico https://pesquisaprecos.compras.gov.br/pesquisa-precos-frontend-semlogin/ II - Painel de Preços do Tribunal de Contas do Estado do Piauí no endereço eletrônico https://sistemas.tce.pi.gov.br/painel-preco/#/form e III (contratações similares de outros entes públicos) combinado ao inciso III (pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo) e/ou ao inciso IV (pesquisas com do art. 5° da IN n º 65, de 07 de julho de 2021, fornecedores). Assim como, realizaram análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados.

Aquisição de material elétrico.

Para os materiais a serem adquiridos existem um grande número de fornecedores e de marcas existentes no mercado nacional, que oferecem produtos dentro das especificações solicitadas. E a maioria das contratações públicas para esses itens ou similares são através de ata de registro de preços. Diante disso, a opção mais vantajosa e econômica para contratação desses itens é a que apresente maior oferta na disputa de fornecedores. Sendo assim, para adquirir o bem com as

características necessárias e desejadas pela PMFS/PI, o Pregão Eletrônico para Registro de Preço, será a modalidade selecionada como a mais viável, tendo em vista atender necessidades contínuas recorrentes, durante o prazo de vigência da ata, sem implicar em obrigatoriedade de contratação da quantidade total, conforme os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023.

Tal pesquisa de preço dos itens do objeto foi realizada através do banco de preços no Painel de Preços do Governo Federal e no Painel de Preços do Tribunal de Contas do Estado do Piauí no endereço eletrônico.

Município	Identificador	Objeto	Un. de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Data Ref.
Demerval Lobão	NF-CW-010254/26	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - ALCA PREFORMADA PARA CABO 2"AWG DISTR	Unidade	30	R$ 12,00	30/04/2026

Fonte: LicitaçõesWeb/ContratosWeb/NFEletrônica, pesquisa realizada em: 01/09/2026 14:12:17.

O relatório na integra da pesquisa realizada encontra-se anexa aos autos do processo nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 019/2023".

Análise das possíveis soluções

Para atender à necessidade identificada de manutenção e ampliação da rede de iluminação pública municipal, foram avaliadas diferentes alternativas de solução, levando em consideração aspectos técnicos, econômicos e operacionais.

a) Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação das luminárias e acessórios.

Essa alternativa consiste na terceirização integral do serviço, abrangendo tanto o fornecimento dos materiais quanto a execução da instalação e manutenção. No entanto, considerando que Francisco Santos/PI Céu é um município de pequeno porte, que já dispõe de uma equipe técnica composta por eletricista e auxiliar de eletricista alocados na Secretaria de Obras, plenamente capacitados para realizar os serviços de instalação e manutenção da rede de iluminação pública, essa solução se mostra economicamente desfavorável. A contratação de empresa especializada implicaria custos significativamente mais elevados, sem ganho proporcional de eficiência, além de reduzir a autonomia do município sobre o planejamento e o ritmo das execuções.

b) Aquisição apenas dos materiais elétricos, com utilização da mão de obra própria do município.

Nesta alternativa, o município realiza exclusivamente a aquisição dos insumos necessários (luminárias, relés, conectores, cabos, lâmpadas, reatores e etc), utilizando sua equipe técnica própria para instalação e manutenção. Essa solução apresenta melhor relação custo-benefício, aproveita a estrutura operacional já existente e garante maior controle, agilidade e economicidade na execução das demandas.

c) Adesão a ata de registro de preços de outro ente público (carona).

Outra alternativa seria a adesão a uma ata de registro de preços vigente de outro órgão público que contemple materiais elétricos compatíveis. Essa opção pode proporcionar celeridade no processo de aquisição, reduzindo etapas licitatórias. Contudo, depende da compatibilidade técnica e disponibilidade de quantitativos, o que pode limitar a autonomia do município na definição de características específicas dos materiais desejados. Após a análise comparativa das alternativas, conclui-se que a opção b) — aquisição direta dos materiais elétricos com uso da equipe técnica própria — é a mais vantajosa para o Município, pois garante eficiência, economia e autonomia operacional, utilizando de forma otimizada os recursos humanos já disponíveis.

7. Descrição da Solução como um Todo

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

A solução para a demanda será a contratação de empresa para fornecimento de forma parcelada de materiais elétricos para manutenção e conservação do sistema elétrico do município de Francisco Santos – PI, conforme descritos no tópico "*Descrição dos requisitos da contratação*", para manutenção de bens imóveis e bens de domínio público municipal, visando atender as necessidades de todas as Secretarias e Departamentos da Administração Pública Municipal, por um período de 12 meses, nos termos quantitativos e qualitativos do presente Estudo Técnico Preliminar.
Todos os custos para que seja gravado o texto em cada serviço já está incluso no preço de cada item.
Os materiais elétricos para manutenção e conservação do patrimônio público do município de Francisco Santos – PI, visa manter os prédios e logradouros ora em pauta se dará de forma a proporcionar aos servidores e a população em geral um maior conforto para todos os usuários local, devido ao grande fluxo existente.
A descrição da solução abrange a aquisição parcelada de materiais elétricos para reforma, manutenção e conservação do patrimônio público do município de Francisco Santos – PI, conforme detalhado no item "6. Levantamento de Mercado" deste ETP.
A descrição da solução abrange a aquisição parcelada dos serviços de engenharia elétrica para reforma, manutenção e conservação do patrimônio público do município de Francisco Santos – PI, conforme detalhado no item "6. Levantamento de Mercado" deste ETP.
A reforma, manutenção e conservação do patrimônio público do município de Francisco Santos – PI através do processo licitatório é a forma mais vantajosa de mantê-lo em pleno funcionamento e adequada para uso.
As modificações se fazem necessárias buscando atender os problemas relatados pela SEGOV em visitas técnicas.
Fora adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da aquisição de material e serviços de engenharia elétrica com previsão de serem de forma parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzindo os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração;
Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo, o fato da existência de facultatividade na contratação dos materiais elétricos do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis;
Nesse sentido, justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão da demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade de aquisição de tais materiais elétricos individualizados e sob demanda gera, recorrentemente, dificuldades à Administração, tanto em função da complexidade quanto da quantidade de procedimentos licitatórios a serem realizados para este fim em um mesmo período. De forma a garantir disponibilidade contínua de fornecimento de materiais elétricos para município e reduzir a quantidade de procedimentos licitatórios a serem realizados em um mesmo período para fins similares, propõe-se o registro de preços de diversos de material e serviços de engenharia elétrica utilizados no âmbito desta Municipalidade, possibilitando, assim, a sua aquisição sob demanda por um período de doze meses a partir de sua homologação.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

As quantidades previstas a serem adquiridas tiveram como base a vida útil média dos equipamentos, a demanda de cada órgão, a necessidade de substituição dos equipamentos antigos ou danificados e ainda a melhoria do serviços dessa municipalidade como um todo, assim como as atividades auxiliares da função principal do município de Francisco Santos - PI. As estimativas de demandas para as aquisições de materiais são relativas ao período dos últimos doze meses.

Grupo 01: Material Elétrico - COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
1	Cabo flexível 1,50mm c/100	41	Rolo	475638	106,48	4.365,68
2	Cabo flexível 10,00mm	820	Metro	239155	14,81	12.144,20
3	Cabo flexível 2,5mm	1640	Metro	394261	3,70	6.068,00
4	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	30	Rolo	475639	412,52	12.375,60
5	Cabo flexível 6,00mm	2460	Metro	613577	7,52	18.499,20
6	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	2460	Metro	382487	4,33	10.651,80
7	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	656	Metro	437819	5,86	3.844,16
8	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	656	Metro	459995	9,60	6.297,60
9	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	656	Metro	616159	8,10	5.313,60
10	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	656	Metro	428341	13,71	8.993,76
11	Cabo pp 4x2,5mm	492	Metro	415378	22,92	11.276,64
12	Cabo pp 4x4mm	492	Metro	410827	27,22	13.392,24
13	Caixa medidor monofásica	16	Unidade	286822	71,50	1.144,00
14	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	33	Unidade	460997	75,27	2.483,91
15	Curva rígida 3/4	82	Unidade	483266	3,85	315,70
16	Disjuntor monofásico 16a	123	Unidade	616753	10,44	1.284,12
17	Disjuntor monofásico 20a	123	Unidade	337251	13,17	1.619,91
18	Disjuntor trifásico 20a	82	Unidade	384746	43,24	3.545,68
19	Disjuntor trifásico 25a	82	Unidade	384745	50,97	4.179,54
20	Disjuntor trifásico 32a	82	Unidade	337902	63,48	5.205,36
21	Disjuntor trifásico 40a	82	Unidade	484199	55,48	4.549,36
22	Disjuntor trifásico 50a	66	Unidade	484200	74,61	4.924,26
23	Eletroduto rígido de 3/4	82	Unidade	373698	10,77	883,14
24	Fita isolante 10m	123	Unidade	321180	7,98	981,54
25	Fita isolante 20m	123	Unidade	419864	9,93	1.221,39
26	Haste de cobre p/aterramento	164	Unidade	331719	25,33	4.154,12
27	Interruptor com tomada	492	Unidade	473378	17,06	8.393,52
28	Interruptor duplo	205	Unidade	483583	8,44	1.730,20
29	Interruptor duplo c/tomada	164	Unidade	423823	17,06	2.797,84
30	Interruptor simples	205	Unidade	483582	13,62	2.792,10
31	Interruptor triplo	205	Unidade	452737	11,46	2.349,30
32	Lâmpada led 20w	820	Unidade	630598	14,12	11.578,40
33	Lâmpada led 40w	492	Unidade	458580	30,73	15.119,16
34	Lâmpada led 50w	820	Unidade	445743	37,18	30.487,60
35	Lâmpada led 60w	820	Unidade	445742	46,13	37.826,60
36	Luminária de emergência	205	Unidade	446213	51,52	10.561,60
37	Painel de sobrepor 18w	205	Unidade	485912	24,98	5.120,90
38	Painel de sobrepor 24w	205	Unidade	614021	32,31	6.623,55
39	Refletor led 100w	205	Unidade	612325	80,38	16.477,90
40	Refletor led 50w	205	Unidade	636182	48,49	9.940,45
41	Relé foto elétrico	410	Unidade	615337	18,70	7.667,00
42	Soquete com rabicho	164	Unidade	446171	4,04	662,56
43	Soquete de louça	123	Unidade	388480	6,49	798,27
44	Soquete sem rabicho	123	Unidade	386785	4,17	512,91
45	Tomada dupla novo padrão 10a	246	Unidade	213347	15,91	3.913,86

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

46	Tomada dupla novo padrão 20a	246	Unidade	460999	16,68	4.103,28
47	Tomada simples novo padrão 10a	246	Unidade	464825	9,20	2.263,20
48	Tomada simples novo padrão 20a	246	Unidade	403136	8,46	2.081,16
49	Tubo pvc eletroduto 20mm	164	Unidade	276502	8,77	1.438,28
50	Tubo pvc eletroduto 25mm	164	Unidade	253550	11,71	1.920,44
51	Tubo pvc eletroduto 32mm	164	Unidade	446083	17,82	2.922,48
52	Tubo pvc eletroduto 40mm	205	Unidade	276503	25,48	5.223,40
53	Tubo pvc eletroduto 50mm	205	Unidade	340604	29,67	6.082,35
VALOR TOTAL						**351.102,82**

GRUPO 02: Material Elétrico - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
54	Cabo flexível 1,50mm c/100	9	Rolo	475638	106,48	958,32
55	Cabo flexível 10,00mm	180	Metro	239155	14,81	2.665,80
56	Cabo flexível 2,5mm	360	Metro	394261	3,70	1.332,00
57	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	6	Rolo	475639	412,52	2.475,12
58	Cabo flexível 6,00mm	540	Metro	613577	7,52	4.060,80
59	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	540	Metro	382487	4,33	2.338,20
60	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	144	Metro	437819	5,86	843,84
61	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	144	Metro	459995	9,60	1.382,40
62	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	144	Metro	616159	8,10	1.166,40
63	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	144	Metro	428341	13,71	1.974,24
64	Cabo pp 4x2,5mm	108	Metro	415378	22,92	2.475,36
65	Cabo pp 4x4mm	108	Metro	410827	27,22	2.939,76
66	Caixa medidor monofásica	4	Unidade	286822	71,50	286,00
67	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	7	Unidade	460997	75,27	526,89
68	Curva rígida 3/4	18	Unidade	483266	3,85	69,30
69	Disjuntor monofásico 16a	27	Unidade	616753	10,44	281,88
70	Disjuntor monofásico 20a	27	Unidade	337251	13,17	355,59
71	Disjuntor trifásico 20a	18	Unidade	384746	43,24	778,32
72	Disjuntor trifásico 25a	18	Unidade	384745	50,97	917,46
73	Disjuntor trifásico 32a	18	Unidade	337902	63,48	1.142,64
74	Disjuntor trifásico 40a	18	Unidade	484199	55,48	998,64
75	Disjuntor trifásico 50a	14	Unidade	484200	74,61	1.044,54
76	Eletroduto rígido de 3/4	18	Unidade	373698	10,77	193,86
77	Fita isolante 10m	27	Unidade	321180	7,98	215,46
78	Fita isolante 20m	27	Unidade	419864	9,93	268,11
79	Haste de cobre p/aterramento	36	Unidade	331719	25,33	911,88
80	Interruptor com tomada	108	Unidade	473378	17,06	1.842,48
81	Interruptor duplo	45	Unidade	483583	8,44	379,80
82	Interruptor duplo c/tomada	36	Unidade	423823	17,06	614,16
83	Interruptor simples	45	Unidade	483582	13,62	612,90
84	Interruptor triplo	45	Unidade	452737	11,46	515,70
85	Lâmpada led 20w	180	Unidade	630598	14,12	2.541,60
86	Lâmpada led 40w	108	Unidade	458580	30,73	3.318,84
87	Lâmpada led 50w	180	Unidade	445743	37,18	6.692,40
88	Lâmpada led 60w	180	Unidade	445742	46,13	8.303,40
89	Luminária de emergência	45	Unidade	446213	51,52	2.318,40
90	Painel de sobrepor 18w	45	Unidade	485912	24,98	1.124,10
91	Painel de sobrepor 24w	45	Unidade	614021	32,31	1.453,95
92	Refletor led 100w	45	Unidade	612325	80,38	3.617,10
93	Refletor led 50w	45	Unidade	636182	48,49	2.182,05
94	Relé foto elétrico	90	Unidade	615337	18,70	1.683,00

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

95	Soquete com rabicho	36	Unidade	446171	4,04	145,44
96	Soquete de louça	27	Unidade	388480	6,49	175,23
97	Soquete sem rabicho	27	Unidade	386785	4,17	112,59
98	Tomada dupla novo padrão 10a	54	Unidade	213347	15,91	859,14
99	Tomada dupla novo padrão 20a	54	Unidade	460999	16,68	900,72
100	Tomada simples novo padrão 10a	54	Unidade	464825	9,20	496,80
101	Tomada simples novo padrão 20a	54	Unidade	403136	8,46	456,84
102	Tubo pvc eletroduto 20mm	36	Unidade	276502	8,77	315,72
103	Tubo pvc eletroduto 25mm	36	Unidade	253550	11,71	421,56
104	Tubo pvc eletroduto 32mm	36	Unidade	446083	17,82	641,52
105	Tubo pvc eletroduto 40mm	45	Unidade	276503	25,48	1.146,60
106	Tubo pvc eletroduto 50mm	45	Unidade	340604	29,67	1.335,15
VALOR TOTAL						**76.810,00**

GRUPO 03: Material Elétrico para Iluminação Pública – COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
107	Alca pré formada 16mm	82	Unidade	368602	12,62	1.034,84
108	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	99	Unidade	380052	23,00	2.277,00
109	Armação secundária de 1 estribo	99	Unidade	319814	29,35	2.905,65
110	Base para relé foto elétrico	165	Unidade	433833	13,52	2.230,80
111	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	10	Unidade	614255	169,49	1.694,90
112	Bocal de louça e-27	410	Unidade	307381	5,37	2.201,70
113	Bocal de louça e-40	246	Unidade	320318	11,50	2.829,00
114	Braço curvo para luminária	50	Unidade	387029	149,77	7.488,50
115	Braço reto para luminária	83	Unidade	472532	63,63	5.281,29
116	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	10	Unidade	408493	133,76	1.337,60
117	Cabo isolado de 10mm c/100	10	Unidade	428664	848,19	8.481,90
118	Cabo isolado de 16mm c/100	5	Unidade	409291	1412,24	7.061,20
119	Cabo isolado de 2,5mm c/100	10	Unidade	483318	284,70	2.847,00
120	Cabo isolado de 4,0mm c/100	10	Unidade	616915	471,93	4.719,30
121	Cabo isolado de 6,0mm c/100	10	Unidade	314559	785,28	7.852,80
122	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	1640	Metro	418907	4,21	6.904,40
123	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	1230	Metro	418907	8,83	10.860,90
124	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	1230	Metro	418907	17,36	21.352,80
125	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	820	Metro	418907	16,86	13.825,20
126	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	820	Metro	418905	11,63	9.536,60
127	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	656	Metro	441664	20,71	13.585,76
128	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	410	Metro	418905	22,80	9.348,00
129	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	656	Unidade	418905	16,35	10.725,60
130	Cabo pp 2x1,50mm	41	Unidade	433869	4,33	177,53
131	Cabo pp 2x2,50mm	41	Unidade	363118	5,53	226,73
132	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	82	Unidade	254376	161,30	13.226,60

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

133	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	29	Unidade	286822	54,02	1.566,58
134	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	30	Unidade	614255	812,95	24.388,50
135	Conector de aterramento gut	82	Unidade	321282	25,39	2.081,98
136	Conector perfurante cdp70	164	Unidade	458406	15,00	2.460,00
137	Conector cunha tipo iii	82	Unidade	472412	6,43	527,26
138	Cordão torcido 2x1,50mm:	25	Metro	337863	4,38	109,50
139	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	5	Pacote	337863	540,07	2.700,35
140	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	66	Unidade	402103	45,47	3.001,02
141	Fita isolante alta fusão	41	Unidade	454251	10,21	418,61
142	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	82	Unidade	604732	13,05	1.070,10
143	Fusível cartucho 60a 250v	164	Unidade	345516	10,93	1.792,52
144	Grampo paralelo universal 70	246	Unidade	358799	17,02	4.186,92
145	Haste de aterramento cobreada	82	Unidade	331719	17,49	1.434,18
146	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	82	Unidade	633011	8,78	719,96
147	Lâmpada bulbo led 30w	164	Unidade	446032	22,95	3.763,80
148	Lâmpada bulbo led 40w	164	Unidade	447213	33,63	5.515,32
149	Lâmpada bulbo led 50w	164	Unidade	439278	42,11	6.906,04
150	Lâmpada led 80w	164	Unidade	614575	87,46	14.343,44
151	Luminária pública 100w ip67	99	Unidade	628030	340,38	33.697,62
152	Luminária pública 150w ip67	99	Unidade	475596	393,85	38.991,15
153	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	246	Unidade	356212	45,89	11.288,94
154	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	4	Unidade	486640	537,73	2.150,92
155	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	164	Unidade	259360	17,67	2.897,88
156	Projetor de led 100w	9	Unidade	470259	71,14	640,26
157	Projetor de led 200w	17	Unidade	470261	191,63	3.257,71
158	Projetor de led 400w	17	Unidade	273110	354,05	6.018,85
159	Reator vapor sódio 250w	123	Unidade	207718	131,40	16.162,20
160	Relé foto eletrônico	41	Unidade	339103	7,95	325,95
VALOR TOTAL						**362.431,16**

GRUPO 04: Material Elétrico para Iluminação Pública - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
161	Alca pré formada 16mm	18	Unidade	368602	12,62	1.034,84
162	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	21	Unidade	380052	23,00	2.277,00
163	Armação secundária de 1 estribo	21	Unidade	319814	29,35	2.905,65
164	Base para relé foto elétrico	35	Unidade	433833	13,52	2.230,80
165	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	2	Unidade	614255	169,49	1.694,90
166	Bocal de louça e-27	90	Unidade	307381	5,37	2.201,70
167	Bocal de louça e-40	54	Unidade	320318	11,50	2.829,00
168	Braço curvo para luminária	10	Unidade	387029	149,77	7.488,50
169	Braço reto para luminária	17	Unidade	472532	63,63	5.281,29
170	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	2	Unidade	408493	133,76	1.337,60
171	Cabo isolado de 10mm c/100	2	Unidade	428664	848,19	8.481,90
172	Cabo isolado de 16mm c/100	1	Unidade	409291	1412,24	7.061,20
173	Cabo isolado de 2,5mm c/100	2	Unidade	483318	284,70	2.847,00

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

174	Cabo isolado de 4,0mm c/100	2	Unidade	616915	471,93	4.719,30
175	Cabo isolado de 6,0mm c/100	2	Unidade	314559	785,28	7.852,80
176	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	360	Metro	418907	4,21	6.904,40
177	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	270	Metro	418907	8,83	10.860,90
178	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	270	Metro	418907	17,36	21.352,80
179	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	180	Metro	418907	16,86	13.825,20
180	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	180	Metro	418905	11,63	9.536,60
181	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	144	Metro	441664	20,71	13.585,76
182	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	90	Metro	418905	22,80	9.348,00
183	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	144	Unidade	418905	16,35	10.725,60
184	Cabo pp 2x1,50mm	9	Unidade	433869	4,33	177,53
185	Cabo pp 2x2,50mm	9	Unidade	363118	5,53	226,73
186	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	18	Unidade	254376	161,30	13.226,60
187	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	6	Unidade	286822	54,02	1.566,58
188	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	6	Unidade	614255	812,95	24.388,50
189	Conector de aterramento gut	18	Unidade	321282	25,39	2.081,98
190	Conector perfurante cdp70	36	Unidade	458406	15,00	2.460,00
191	Conector cunha tipo iii	18	Unidade	472412	6,43	527,26
192	Cordão torcido 2x1,50mm:	5	Metro	337863	4,38	109,50
193	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	1	Pacote	337863	540,07	2.700,35
194	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	14	Unidade	402103	45,47	3.001,02
195	Fita isolante alta fusão	9	Unidade	454251	10,21	418,61
196	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	18	Unidade	604732	13,05	1.070,10
197	Fusível cartucho 60a 250v	36	Unidade	345516	10,93	1.792,52
198	Grampo paralelo universal 70	54	Unidade	358799	17,02	4.186,92
199	Haste de aterramento cobreada	18	Unidade	331719	17,49	1.434,18
200	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	18	Unidade	633011	8,78	719,96
201	Lâmpada bulbo led 30w	36	Unidade	446032	22,95	3.763,80
202	Lâmpada bulbo led 40w	36	Unidade	447213	33,63	5.515,32
203	Lâmpada bulbo led 50w	36	Unidade	439278	42,11	6.906,04
204	Lâmpada led 80w	36	Unidade	614575	87,46	14.343,44
205	Luminária pública 100w ip67	21	Unidade	628030	340,38	33.697,62
206	Luminária pública 150w ip67	21	Unidade	475596	393,85	38.991,15
207	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	54	Unidade	356212	45,89	11.288,94
208	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	1	Unidade	486640	537,73	2.688,65
209	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	36	Unidade	259360	17,67	2.897,88
210	Projetor de led 100w	1	Unidade	470259	71,14	640,26

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

211	Projetor de led 200w	3	Unidade	470261	191,63	3.257,71
212	Projetor de led 400w	3	Unidade	273110	354,05	6.018,85
213	Reator vapor sódio 250w	27	Unidade	207718	131,40	16.162,20
214	Relé foto eletrônico	9	Unidade	339103	7,95	325,95
VALOR TOTAL						**77.103,25**

9. Estimativa do Valor da Contratação

O Valor Total Estimado R$ 867.447,23.
De acordo com o art. 5º da IN-SEGES/ME nº 65/2021, a pesquisa de preços está será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

> *"Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*
> *I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
> *II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
> *III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;*
> *IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou*
> *V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.*
> *§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos".*

Dessa forma, optou-se por realizar a pesquisa no Painel de Preços do Governo Federal no endereço eletrônico https://pesquisaprecos.compras.gov.br/pesquisa-precos-frontend-semlogin/ e Painel de Preços do Tribunal de Contas do Estado do Piauí no endereço eletrônico https://sistemas.tce.pi.gov.br/painel-preco/#/form, conforme documentos anexos (Relatório de Pesquisas de preços). A pesquisa acima, bem como os documentos que lhe dão suporte estão discriminados na pesquisa de preços anexo a esse Estudo Técnico Preliminar.
Com base na tabela de quantitativo do item 8.1, o valor estimado dessa contratação, assim distribuído:

Área Requisitante	Responsável

Secretaria de Governo e Administração – SEGOV	Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho
Secretaria de Saúde - SMS	Tássia Gisele de Sousa Medeiros Carvalho
Secretaria de Educação - SEME	Ana Carla Rodrigues
Secretaria de Assistência Social - SMAS	Ana Patrícia de Sousa Medeiros Carvalho

Com base nessas médias, o valor total estimado da contratação é de R$ 867.447,23 (oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos).
Esse valor representa uma estimativa realista e compatível com o mercado nacional, garantindo que a futura licitação ocorra dentro dos parâmetros de equilíbrio econômico- financeiro, eficiência e transparência. O orçamento resultante servirá como base para a elaboração do Termo de Referência e definição do valor de referência no edital, assegurando uma contratação vantajosa e tecnicamente adequada às necessidades do Município de Francisco Santos/PI. As planilhas detalhadas contendo as cotações e médias calculadas estão apresentadas no Anexo neste processo – Levantamento de Mercado e Cotações de Preços.

10. Justificativa para Parcelamento ou Não do Objeto

Nos termos do art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Na aplicação deste princípio, o § 1º do mesmo art. 47 estabelece que devam ser considerados a responsabilidade técnica, o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens, e o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.
Para a demanda dos lotes foram formados com base em aspectos **Materiais Elétricos,** técnicos e econômicos.
Os aspectos técnicos têm como base: (1) itens muito semelhantes, com mudança apenas do material de composição, foram agrupados para que haja padronização no fornecimento, bem como na qualidade; (2) itens com naturezas semelhantes foram agrupados, a fim de possibilitar a sincronização no seu fornecimento e, consequentemente, a eficiência na utilização dos produtos pelo Município.
Os aspectos econômicos têm como base: (1) os itens individualmente considerados possuem valores pequenos, o que pode ocasionar falta de interesse das empresas em participar da licitação, visto que, vencendo apenas um item, não será economicamente viável o custo de se submeter a todo procedimento licitatório. A prática de contratações com itens separados em valores muito baixos têm gerado problemas na contratação, pois a empresa vencedora em um item de valor pequeno ao ser convocada para entregar o produto tem feito reclamações para transportar ou entregar apenas um produto com valor baixo. Deve-se considerar que há custos para as empresas na participação e fornecimento de produtos que itens com valores muito baixos não cobrem. (2) Conforme dispõe o art. 47, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, as licitações atenderão ao princípio do parcelamento, quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Mostra-se claro e evidente que o fornecimento de mais produtos por uma mesma empresa gerará economia de escala, uma vez que o próprio conceito da expressão indica que, quanto maior o número de itens a serem fornecidos, menor será o preço de cada um deles. Assim sendo, a formação de lotes favorecerá o Princípio da Economicidade nesta contratação, princípio este imprescindível ao procedimento licitatório.
Por fim, deve-se apontar que a equipe que atua na gestão/fiscalização e acompanhamento das compras desta Universidade é muito reduzida. Sobre essa questão, o Tribunal de Contas da União (TCU) já se pronunciou no seguinte sentido (Acórdão 2.796/2013-Plenário/TCU):

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

> 9. Urge frisar, preliminarmente, que a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular. É cediço que a Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala. Mas a perspectiva de administrar inúmeros contratos por um corpo de servidores reduzido pode se enquadrar, em nossa visão, na exceção prevista na Súmula nº 247, de que haveria prejuízo para o conjunto dos bens a serem adquiridos.
> 10. **A Administração deve sopesar, no caso concreto, as consequências da multiplicação de contratos que poderiam estar resumidos em um só, optando, então, de acordo com suas necessidades administrativas e operacionais, pelo gerenciamento de um só contrato com todos os**. É claro que essa possibilidade deve ser exercida dentro de **itens ou de um para cada fornecedor** padrões mínimos de proporcionalidade e de razoabilidade.

Considerando a possibilidade de serem formadas contratações diferentes apenas nesta solução, seriam 214 (duzentos e quatorze) contratações distintas (caso não haja formação de lotes); a mesma equipe administra mais de **60 (sessenta) processos licitatórios** (sem contar as contratações oriundas de dispensas e de inexigibilidades de licitações) **todo ano** um com número de itens igual ou superior ao deste processo, demandando tempo e dedicação da administração; conclui-se que não há, atualmente, capacidade operacional para isso.
Portanto, a formação de lotes apresenta não só uma melhor viabilidade técnica e econômica, como também operacional, sendo a que melhor atende ao interesse público.
A realização dos fornecimentos será formalizada através das devidas Ordens de Serviços, mediante necessidade da Secretaria contratante.

11. Contratações Correlatas/Interdependentes

Durante a etapa de planejamento da contratação foi definido que a adjudicação do objeto será feita por grupo a(s) empresa(s) vencedora(s), uma vez que as licitantes deverão apresentar atestados de capacidade técnica para a realização do objeto a ser contratado.

12. Alinhamento Entre Plano Anual de Contratações e o Planejamento

As instituições e órgãos da Administração Pública têm o dever de alinhar suas propostas de contratação com seus planos organizacionais, o que evita contratações desalinhadas com os objetivos estabelecidos e gastos em iniciativas poucas produtivas para a organização. Por isso que a administração pública municipal deve ter planos institucionais que demonstre quais são os seus objetivos, metas e iniciativas que desejam desenvolver no médio prazo, pois estes servirão de base para as contratações realizadas pelos departamentos de administração, principalmente voltada aos serviços de manutenção preventiva e corretiva.
O alinhamento da proposta de contratação foi feito em consonância com o planejamento estratégico da PMFS/PI e os programas, projetos e atividades estabelecidos nos instrumentos de orçamento do governo municipal (PPA, LDO e LOA). O atual planejamento estratégico da PMFS/PI encontra-se disponível no sitio https://franciscosantos.pi.gov.br/franciscosantos/portalnoticias.

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

O desempenho dos processos relacionados aos objetivos estratégicos definidos será satisfatório desde que sejam executadas as atribuições institucionais da PMFS/PI. Contratação consta no Plano de gerenciamento da contratação.
A contratação está de acordo com o Plano Anual de Contratações da Secretaria Municipal de Governo e Administração Geral para exercício do ano 2026, conforme o disposto no art. 176 da Lei nº 14.133/2021, passando pelo conhecimento dos gestores superiores, desde esta fase de planejamento, por entender a importância dos serviços para garantir um dos eixos estratégicos do Plano de Gestão 2025-2028, que é Promover infraestrutura física para viabilizar ações de melhoria da qualidade de vida.
O Plano Anual de Contratações para exercício do ano 2026, foi publicado no PNCP no endereço eletrônico https://www.gov.br/pncp/pt-br, **ID PCA PNCP**, 06553713000169-0-000003/2026, **Unidade**, 981083 - Prefeitura Municipal de Francisco Santos, **Data Publicação no PNCP** em 07/11/2025.
Identificação do PCA 2026, publicado no Diário Oficial Eletrônico Municipal – DOEMPI no endereço https://sggp.com.br/doem/visualizar/secao/13217, item 55 - IDENTIFICADOR DA SEÇÃO: **14076B4F1A83B36**, página 176 e na página oficial do município de Francisco Santos – PI, no endereço https://sts-appm.s3.amazonaws.com/uploads/documentos/cf2d6cd812556a55c9d3d8d05e861fba.pdf, item 130 – página 130, estando assim alinhada com o planejamento desta Administração.
Para o fornecimento dos insumos, foram alocados recursos no orçamento para o exercício de 2026, onde o valor previsto na planilha orçamentária ficou no montante de R$ 867.447,23 (oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos).

13. Providências a serem Adotadas pela Administração Previamente à Celebração do Contrato

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no presente documento, isto é, a contratação de empresa para fornecimento de material elétrico para manutenção e conservação do parque elétrico de prédios e logradouros públicos municipais, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.
Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual ou adequação do ambiente da organização; (inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021):
Antes da formalização da contratação, a Administração Municipal adotará todas as medidas necessárias para garantir a legalidade, transparência e eficiência do processo.
Primeiramente, será verificada a existência de dotação orçamentária adequada, assegurando que os recursos destinados à aquisição estejam devidamente previstos na Lei Orçamentária e possam ser utilizados sem comprometer outras ações essenciais.
Em seguida, a Prefeitura fará a designação formal do gestor e do fiscal do contrato, profissionais que serão responsáveis por acompanhar cada etapa, desde o recebimento dos materiais até a execução dos serviços pela equipe municipal, garantindo que tudo ocorra dentro dos padrões de qualidade e segurança exigidos.
Também serão adotadas providências relacionadas à organização do estoque e controle dos materiais, de modo que os produtos adquiridos sejam armazenados corretamente, evitando desperdícios, avarias ou perdas. Além disso, será realizada a verificação da conformidade técnica e das certificações dos produtos ofertados, assegurando que atendam às normas da ABNT, INMETRO e às exigências da concessionária de energia.

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl.
P.M.F.S

Essas medidas refletem o compromisso da Administração com uma gestão responsável, eficiente e transparente, garantindo que a contratação alcance plenamente seu objetivo: proporcionar à população de Francisco Santos/PI uma iluminação pública segura, moderna e duradoura.

14. Impactos Ambientais

Fundamentação: Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável. (Inciso XII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21).

A necessidade de Licença Ambiental conforme dispõem as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 001/1986 e nº 237/1997 e da Lei nº 6.938/1981, deverá ser providenciada pela contratada.

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além dos menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a questões ambientais. Devendo a contratada seguir as normas e critérios de sustentabilidade, empregando de forma correta os recursos públicos e conservando o meio ambiente, fazendo a gestão responsável dos recursos naturais, e preservando o espaço de trabalho.

As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

a) disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
b) mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
c) utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;
d) avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
e) proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;
f) acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. (art. 45 da Lei 14.133/2021).

Diante disso, na execução dos serviços de manutenção e conservação do parque elétrico municipal, a contratada deverá observar as normas de proteção ambiental, cabendo contratante a fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação. A contratada deverá respeitar às leis ambientais na execução e empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Os possíveis impactos ambientais resultantes da prestação dos bens em análise serão minimizados através da adoção, como parte das obrigações da contratada, dos critérios de sustentabilidade ambiental prescritos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS DECOR/CGU/AGU, afeta ao tema sustentabilidade na aquisição de bens e produtos.

Durante a execução da contratação, a Prefeitura adotará práticas de gestão ambiental responsável, garantindo que todos os materiais e componentes inservíveis sejam descartados corretamente, conforme as normas ambientais vigentes e os procedimentos de logística reversa. Essa ação assegura que os resíduos sejam destinados de forma ambientalmente adequada, evitando contaminações e impactos negativos no solo e na drenagem urbana. Com essas medidas, o Município de Francisco Santos/PI reafirma seu compromisso com a sustentabilidade, a eficiência

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

e a preservação ambiental, demonstrando que a modernização da iluminação pública pode ser feita com responsabilidade e respeito aos recursos naturais.

15. Viabilidade da Contratação

Diante do exposto descrito acima, entende que é VIÁVEL a contratação da solução demandada conforme as análises.

Justificativa da Viabilidade:

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) demonstrou de forma consistente a necessidade e a viabilidade da melhoria da iluminação pública em Francisco Santos/PI, município de pequeno porte com vocação agrícola e em constante desenvolvimento. A análise técnica realizada identificou que a infraestrutura atual, embora funcional, apresenta limitações que impactam diretamente na segurança, na mobilidade e na qualidade de vida da população, mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária.

O levantamento detalhado das necessidades e a análise das soluções técnicas disponíveis indicam que a implementação do projeto proporcionará resultados claros e mensuráveis, incluindo:

- Maior segurança urbana, com ruas e espaços públicos devidamente iluminados;
- Redução de riscos de acidentes e criminalidade;
- Eficiência energética, com economia nos gastos municipais;
- Melhoria do bem-estar da população e da sensação de acolhimento nos espaços públicos;
- Otimização da manutenção preventiva e corretiva, prolongando a vida útil dos equipamentos.

As providências prévias, como levantamento da situação atual, definição das especificações técnicas, avaliação do mercado e estudo da equipe disponível, reforçam que a execução do objeto proposto é plenamente viável e adequada às condições do município. Além disso, todos os procedimentos foram analisados com foco em transparência, eficiência e responsabilidade no uso dos recursos públicos, garantindo que o investimento traga benefícios concretos para a comunidade.

Dessa forma, este ETP conclui que a aquisição de equipamentos e a execução das melhorias na iluminação pública são medidas estratégicas e necessárias para Francisco Santos/PI. A proposta atende aos objetivos do município de modernizar e manter a rede de iluminação de forma sustentável, segura e eficiente, refletindo diretamente na qualidade de vida dos cidadãos e no desenvolvimento urbano planejado.

Em resumo, o presente Estudo Técnico Preliminar fundamenta a continuidade do processo de aquisição e implementação do projeto, assegurando que cada etapa seja conduzida com planejamento, responsabilidade e foco no bem-estar da população, fortalecendo a gestão pública e promovendo uma Francisco Santos/PI mais segura, iluminada e preparada para o futuro.

Diante do exposto, declara-se viável a contratação pretendida com base neste Estudo Técnico Preliminar consoante o inciso XIII, art. 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

16. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos

Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis; (inciso IX do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133/2021), bem como em termos de efetividade e de desenvolvimento nacional sustentável:

Com esta contratação pretende-se:

COMISSÃO LICITAÇÃO
Fl
P.M.F.S

Pretende-se, com o presente processo licitatório, assegurar a seleção da proposta apta a gerar a contratação mais vantajosa para o Município.
Almeja-se, igualmente, assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição, bem como evitar contratação com sobre preço ou com preço manifestamente inexequível e superfaturamento na execução do contrato.
A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.
Com a execução desta contratação, o Município de Francisco Santos/PI pretende garantir a continuidade e a qualidade do serviço público de iluminação, essencial para o bem-estar da população, a segurança urbana e o fortalecimento do sentimento de pertencimento comunitário.
A aquisição dos materiais elétricos necessários à manutenção e expansão da rede permitirá restabelecer a luminosidade adequada em ruas, praças e prédios públicos, promovendo ambientes mais seguros, acessíveis e acolhedores para os cidadãos. Uma iluminação eficiente contribui diretamente para reduzir acidentes de trânsito, prevenir atos de vandalismo e aumentar a sensação de segurança da população, especialmente durante o período noturno.
Além disso, a utilização de tecnologia moderna e eficiente proporcionará economia de energia elétrica, redução dos custos de manutenção corretiva e maior durabilidade dos equipamentos, o que representa uso racional dos recursos públicos e sustentabilidade ambiental.
Outro resultado relevante é o fortalecimento da capacidade operacional da equipe municipal, que, com materiais adequados em estoque, poderá atuar de forma preventiva e imediata frente às ocorrências de falhas ou queimas, evitando interrupções prolongadas e reclamações da população.
A contratação também está alinhada às políticas públicas de desenvolvimento urbano e eficiência energética, preparando o município para o crescimento futuro, inclusive com a implantação do novo setor industrial, que demandará uma rede de iluminação robusta, confiável e moderna.
Em síntese, os resultados esperados com esta aquisição são:

- Cidades mais seguras e bem iluminadas;
- Economia de recursos públicos com redução de consumo e manutenção;
- Maior eficiência na resposta às demandas da população;
- Contribuição efetiva para a sustentabilidade e modernização da infraestrutura pública.

Assim, pretende-se alcançar, com a presente contratação, a conciliação entre os menores custos possíveis da contratação e o atendimento adequado das necessidades da Administração.
Com isso, de Francisco Santos/PI reafirma seu compromisso com a qualidade de vida da população, o uso responsável do dinheiro público e a gestão eficiente dos serviços essenciais.

17. Indicação dos Integrantes da Equipe de Planejamento

Autoridade imediata: Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho.
Gestor de Contrato:
Titular: **Marinalva Ana de Jesus Carvalho**, CPF nº 451.267.123-49, e-mail: gal.anajeses@hotmail.com, telefone (89) 98114-8719 e Matrícula nº 00010519.
Suplente: Marília Maria Santos Silva Lima, SSP/PI, CPF n° 018.211.233-01, e-mail: marilha_2014@hotmail.com, telefone: (89) 98109-8075, matrícula n° 000494.
Fiscal do Contrato:
Titular: **Ramon Carlos de Sousa,** CPF n° 041.817.443-10, e-mail: ramon.carlos18@hotmail.com, telefone: (89) 98143-8742 e matrícula n° 000649.

COMISSÃO LICITAÇÃO Fl. P.M.F.S

Suplente: Graciene Maria Rodrigues Silva, portadora do RG N° 2.450.365 SSP/PI, CPF n° 010.161.573-63. E-mail: gracienerodriguesane@hotmail.com, telefone (89) 98108-5594, matrícula n° 000162.

Francisco Santos – PI, 10 de setembro de 2026.

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO:90393872300

Assinado de forma digital por LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO:90393872300
Dados: 2026.09.10 07:56:25 -03'00'

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
CPF: 903.938.723-00 – Matrícula: 000082

RAMON CARLOS DE SOUSA:04181744310

Assinado de forma digital por RAMON CARLOS DE SOUSA:04181744310
Dados: 2026.09.10 07:29:51 -03'00'

RAMON CARLOS DE SOUSA
Técnico da Secretaria Municipal de Governo
CPF n° 041.817.443-10 – Matrícula: 000649

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

MAPA DE RISCO

IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Etapa 1: Planejamento da contratação e seleção do fornecedor para fornecimento de material elétrico, destinados a Prefeitura Municipal Francisco Santos – PI, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Francisco Santos – PI**.**

FASE DE ANÁLISE	
X	Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
	Gestão do Contrato

RISCO 01			
Planejamento deficiente.			
Probabilidade	(**X**) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	(**X**) Média	( ) Alta
Dano			
O prejuízo ao atendimento das demandas da Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI.			
Ação Preventiva			**Responsável**
Realizar planejamento eficiente e quantificar adequadamente o objeto conforme as necessidades de cada órgão.			Equipe de planejamento.
Ação de Contingência			**Responsável**
Revisão de quantitativos			Equipe de planejamento.

RISCO 02			
Elaboração do Termo de Referência inadequado.			
Probabilidade	(**X**) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	(**X**) Média	(X) Alta
Dano			
Utilização, por parte da CONTRATADA, de materiais de baixa qualidade, bem como emprego de técnicas defasadas no fornecimento dos materiais.			
Ação Preventiva			**Responsável**
Elaborar adequadamente o termo de referência conforme as características do objeto contratado e solicitar a revisão deste, pelo setor competente.			Equipe de planejamento.
Ação de Contingência			**Responsável**
Refazer o Termo de Referência.			Equipe de planejamento.

RISCO 03			
Indisponibilidade financeira.			
Probabilidade	(**X**) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	(**X**) Média	( ) Alta
Dano			
A não contratação do objeto licitado.			
Ação Preventiva			**Responsável**

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

Planejamento financeiro para Contratações.	Secretaria de Finanças Junto a Secretaria Demandante.
Ação de Contingência	**Responsável**
Reprogramação de Planejamento financeiro	Secretaria de Finanças Junto a Secretaria Demandante.

RISCO 04			
Contratação de Empresa que não tenha capacidade de executar o Contrato.			
Probabilidade	(**X**) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	(**X**) Média	( ) Alta
Dano			
Prejuízo ao atendimento das necessidades da Prefeitura e secretarias envolvidas.			
Ação Preventiva			**Responsável**
Avaliação da capacidade técnica Profissional e Operacional da empresa			CPL.
Ação de Contingência			**Responsável**
Recessão contratual e reinício do processo licitatório			Autoridade Competente e CPL.

- **Etapa 2: Planejamento da gestão contratual** para fornecimento de material elétrico, destinados a Prefeitura Municipal Francisco Santos – PI, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Francisco Santos – PI**.**

RISCO 01			
Atraso na contratação.			
Probabilidade	(**X**) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	(**X**) Média	( ) Alta
Dano			
Deficiência no fornecimento dos materiais.			
Ação Preventiva			**Responsável**
Fiscalizar o contrato prazo de execução dos serviços propostos.			Fiscal de Contrato.
Ação de Contingência			**Responsável**
Aplicar penalidades previstas em Contrato, para que a CONTRATADA venha a cumprir todas as demandas de cada órgão.			Gestor do Contrato e Fiscal do Contrato.

RISCO 02			
Aquisição com preço acima da média do mercado.			
Probabilidade	(**X**) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	( ) Média	(**X**) Alta
Dano			
Danos ao erário.			
Ação Preventiva			**Responsável**
Utilização de preços estabelecidos compatíveis com os preços de mercado, dentre outros.			Setor de Engenharia.
Ação de Contingência			**Responsável**
Evitar contratações de serviços não contidos no banco de dados do Governo.			CPL.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

RISCO 03			
Falta de empenho vigente para liquidação e pagamento à Contratada			
Probabilidade	(**X**) Baixa	( ) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	( ) Média	(**X**) Alta
Dano			
Fornecedor se recusar a fornecer os materiais licitado.			
Ação Preventiva			**Responsável**
Planejamento Financeiro.			Secretaria de Finanças Junto a Secretaria Demandante.
Ação de Contingência			**Responsável**
Reservar os recursos com antecedência			Secretaria de Finanças Junto a Secretaria Demandante.

RISCO 04			
Execução do objeto da aquisição em desacordo com o acordado.			
Probabilidade	( ) Baixa	(**X**) Média	( ) Alta
Impacto	( ) Baixa	( ) Média	(**X**) Alta
Dano			
Prejuízo ao erário.			
Ação Preventiva			**Responsável**
Elaboração do termo de referência e Especificações técnicas adequadas; Fiscalização de Contrato; Fiscalização dos serviços executados.			SEGOV.
Ação de Contingência			**Responsável**
Sanções e penalidades previstas no Contrato.			Autoridade Competente e CPL.

Responsável pela elaboração do mapa de riscos:
Certificamos, para devidos fins, que a SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO GERAL – SEGOV, é o responsável pela elaboração do Mapa de Riscos da presente contratação.

Francisco Santos – PI, 10 de setembro de 2026.

RAMON CARLOS DE SOUSA:04181744310
Assinado de forma digital por RAMON CARLOS DE SOUSA:04181744310
Dados: 2026.09.10 08.55.59 -03'00'

RAMON CARLOS DE SOUSA
Técnico da Secretaria Municipal de Governo
CPF n° 041.817.443-10 – Matrícula: 000649

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO:90393872300
Assinado de forma digital por LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO:90393872300
Dados: 2026.09.10 09.28.42 -03'00'

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
903.938.723-00 – Matrícula: 000082

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

TERMO DE REFERÊNCIA
FORNECIMENTO DE MATERIAL ELÉTRICO

Informações Básicas
Número do processo: 069/2026.
Execução da Contratação: 154/2026.
UASG: 981083 - PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS-PI.

1. Definição do objeto

1.1. Das Condições Gerais da Contratação (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei nº 14.133/2021).
1.1.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de forma parcelada de **material elétrico**, para atender as necessidades do Município de Francisco Santos-PI, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:
Grupo 01: Material Elétrico - COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
1	Cabo flexível 1,50mm c/100	41	Rolo	475638	106,48	4.365,68
2	Cabo flexível 10,00mm	820	Metro	239155	14,81	12.144,20
3	Cabo flexível 2,5mm	1640	Metro	394261	3,70	6.068,00
4	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	30	Rolo	475639	412,52	12.375,60
5	Cabo flexível 6,00mm	2460	Metro	613577	7,52	18.499,20
6	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	2460	Metro	382487	4,33	10.651,80
7	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	656	Metro	437819	5,86	3.844,16
8	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	656	Metro	459995	9,60	6.297,60
9	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	656	Metro	616159	8,10	5.313,60
10	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	656	Metro	428341	13,71	8.993,76
11	Cabo pp 4x2,5mm	492	Metro	415378	22,92	11.276,64
12	Cabo pp 4x4mm	492	Metro	410827	27,22	13.392,24
13	Caixa medidor monofásica	16	Unidade	286822	71,50	1.144,00
14	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	33	Unidade	460997	75,27	2.483,91
15	Curva rígida 3/4	82	Unidade	483266	3,85	315,70
16	Disjuntor monofásico 16a	123	Unidade	616753	10,44	1.284,12
17	Disjuntor monofásico 20a	123	Unidade	337251	13,17	1.619,91
18	Disjuntor trifásico 20a	82	Unidade	384746	43,24	3.545,68
19	Disjuntor trifásico 25a	82	Unidade	384745	50,97	4.179,54
20	Disjuntor trifásico 32a	82	Unidade	337902	63,48	5.205,36
21	Disjuntor trifásico 40a	82	Unidade	484199	55,48	4.549,36
22	Disjuntor trifásico 50a	66	Unidade	484200	74,61	4.924,26
23	Eletroduto rígido de 3/4	82	Unidade	373698	10,77	883,14
24	Fita isolante 10m	123	Unidade	321180	7,98	981,54
25	Fita isolante 20m	123	Unidade	419864	9,93	1.221,39
26	Haste de cobre p/aterramento	164	Unidade	331719	25,33	4.154,12
27	Interruptor com tomada	492	Unidade	473378	17,06	8.393,52
28	Interruptor duplo	205	Unidade	483583	8,44	1.730,20
29	Interruptor duplo c/tomada	164	Unidade	423823	17,06	2.797,84
30	Interruptor simples	205	Unidade	483582	13,62	2.792,10
31	Interruptor triplo	205	Unidade	452737	11,46	2.349,30
32	Lâmpada led 20w	820	Unidade	630598	14,12	11.578,40
33	Lâmpada led 40w	492	Unidade	458580	30,73	15.119,16

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

34	Lâmpada led 50w	820	Unidade	445743	37,18	30.487,60
35	Lâmpada led 60w	820	Unidade	445742	46,13	37.826,60
36	Luminária de emergência	205	Unidade	446213	51,52	10.561,60
37	Painel de sobrepor 18w	205	Unidade	485912	24,98	5.120,90
38	Painel de sobrepor 24w	205	Unidade	614021	32,31	6.623,55
39	Refletor led 100w	205	Unidade	612325	80,38	16.477,90
40	Refletor led 50w	205	Unidade	636182	48,49	9.940,45
41	Relé foto elétrico	410	Unidade	615337	18,70	7.667,00
42	Soquete com rabicho	164	Unidade	446171	4,04	662,56
43	Soquete de louça	123	Unidade	388480	6,49	798,27
44	Soquete sem rabicho	123	Unidade	386785	4,17	512,91
45	Tomada dupla novo padrão 10a	246	Unidade	213347	15,91	3.913,86
46	Tomada dupla novo padrão 20a	246	Unidade	460999	16,68	4.103,28
47	Tomada simples novo padrão 10a	246	Unidade	464825	9,20	2.263,20
48	Tomada simples novo padrão 20a	246	Unidade	403136	8,46	2.081,16
49	Tubo pvc eletroduto 20mm	164	Unidade	276502	8,77	1.438,28
50	Tubo pvc eletroduto 25mm	164	Unidade	253550	11,71	1.920,44
51	Tubo pvc eletroduto 32mm	164	Unidade	446083	17,82	2.922,48
52	Tubo pvc eletroduto 40mm	205	Unidade	276503	25,48	5.223,40
53	Tubo pvc eletroduto 50mm	205	Unidade	340604	29,67	6.082,35
VALOR TOTAL						**351.102,82**

GRUPO 02: Material Elétrico - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
54	Cabo flexível 1,50mm c/100	9	Rolo	475638	106,48	958,32
55	Cabo flexível 10,00mm	180	Metro	239155	14,81	2.665,80
56	Cabo flexível 2,5mm	360	Metro	394261	3,70	1.332,00
57	Cabo flexível 4,00mm c/ 100	6	Rolo	475639	412,52	2.475,12
58	Cabo flexível 6,00mm	540	Metro	613577	7,52	4.060,80
59	Cabo pp 2x1,50mm (2x14)	540	Metro	382487	4,33	2.338,20
60	Cabo pp 2x2,50mm (2x12)	144	Metro	437819	5,86	843,84
61	Cabo pp 2x4,00mm (2x10)	144	Metro	459995	9,60	1.382,40
62	Cabo pp 3x2,50mm (3x12)	144	Metro	616159	8,10	1.166,40
63	Cabo pp 3x4,00mm (3x10)	144	Metro	428341	13,71	1.974,24
64	Cabo pp 4x2,5mm	108	Metro	415378	22,92	2.475,36
65	Cabo pp 4x4mm	108	Metro	410827	27,22	2.939,76
66	Caixa medidor monofásica	4	Unidade	286822	71,50	286,00
67	Caixa versátil c/tom para ar condicionada	7	Unidade	460997	75,27	526,89
68	Curva rígida 3/4	18	Unidade	483266	3,85	69,30
69	Disjuntor monofásico 16a	27	Unidade	616753	10,44	281,88
70	Disjuntor monofásico 20a	27	Unidade	337251	13,17	355,59
71	Disjuntor trifásico 20a	18	Unidade	384746	43,24	778,32
72	Disjuntor trifásico 25a	18	Unidade	384745	50,97	917,46
73	Disjuntor trifásico 32a	18	Unidade	337902	63,48	1.142,64
74	Disjuntor trifásico 40a	18	Unidade	484199	55,48	998,64
75	Disjuntor trifásico 50a	14	Unidade	484200	74,61	1.044,54
76	Eletroduto rígido de 3/4	18	Unidade	373698	10,77	193,86
77	Fita isolante 10m	27	Unidade	321180	7,98	215,46
78	Fita isolante 20m	27	Unidade	419864	9,93	268,11
79	Haste de cobre p/aterramento	36	Unidade	331719	25,33	911,88
80	Interruptor com tomada	108	Unidade	473378	17,06	1.842,48
81	Interruptor duplo	45	Unidade	483583	8,44	379,80

82	Interruptor duplo c/tomada	36	Unidade	423823	17,06	614,16
83	Interruptor simples	45	Unidade	483582	13,62	612,90
84	Interruptor triplo	45	Unidade	452737	11,46	515,70
85	Lâmpada led 20w	180	Unidade	630598	14,12	2.541,60
86	Lâmpada led 40w	108	Unidade	458580	30,73	3.318,84
87	Lâmpada led 50w	180	Unidade	445743	37,18	6.692,40
88	Lâmpada led 60w	180	Unidade	445742	46,13	8.303,40
89	Luminária de emergência	45	Unidade	446213	51,52	2.318,40
90	Painel de sobrepor 18w	45	Unidade	485912	24,98	1.124,10
91	Painel de sobrepor 24w	45	Unidade	614021	32,31	1.453,95
92	Refletor led 100w	45	Unidade	612325	80,38	3.617,10
93	Refletor led 50w	45	Unidade	636182	48,49	2.182,05
94	Relé foto elétrico	90	Unidade	615337	18,70	1.683,00
95	Soquete com rabicho	36	Unidade	446171	4,04	145,44
96	Soquete de louça	27	Unidade	388480	6,49	175,23
97	Soquete sem rabicho	27	Unidade	386785	4,17	112,59
98	Tomada dupla novo padrão 10a	54	Unidade	213347	15,91	859,14
99	Tomada dupla novo padrão 20a	54	Unidade	460999	16,68	900,72
100	Tomada simples novo padrão 10a	54	Unidade	464825	9,20	496,80
101	Tomada simples novo padrão 20a	54	Unidade	403136	8,46	456,84
102	Tubo pvc eletroduto 20mm	36	Unidade	276502	8,77	315,72
103	Tubo pvc eletroduto 25mm	36	Unidade	253550	11,71	421,56
104	Tubo pvc eletroduto 32mm	36	Unidade	446083	17,82	641,52
105	Tubo pvc eletroduto 40mm	45	Unidade	276503	25,48	1.146,60
106	Tubo pvc eletroduto 50mm	45	Unidade	340604	29,67	1.335,15
VALOR TOTAL						**76.810,00**

GRUPO 03: Material Elétrico para Iluminação Pública – COTA PRINCIPAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA. (COTA 01) - Cota de 75%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total
107	Alca pré formada 16mm	82	Unidade	368602	12,62	1.034,84
108	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	99	Unidade	380052	23,00	2.277,00
109	Armação secundária de 1 estribo	99	Unidade	319814	29,35	2.905,65
110	Base para relé foto elétrico	165	Unidade	433833	13,52	2.230,80
111	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	10	Unidade	614255	169,49	1.694,90
112	Bocal de louça e-27	410	Unidade	307381	5,37	2.201,70
113	Bocal de louça e-40	246	Unidade	320318	11,50	2.829,00
114	Braço curvo para luminária	50	Unidade	387029	149,77	7.488,50
115	Braço reto para luminária	83	Unidade	472532	63,63	5.281,29
116	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	10	Unidade	408493	133,76	1.337,60
117	Cabo isolado de 10mm c/100	10	Unidade	428664	848,19	8.481,90
118	Cabo isolado de 16mm c/100	5	Unidade	409291	1412,24	7.061,20
119	Cabo isolado de 2,5mm c/100	10	Unidade	483318	284,70	2.847,00
120	Cabo isolado de 4,0mm c/100	10	Unidade	616915	471,93	4.719,30
121	Cabo isolado de 6,0mm c/100	10	Unidade	314559	785,28	7.852,80
122	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	1640	Metro	418907	4,21	6.904,40
123	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	1230	Metro	418907	8,83	10.860,90
124	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	1230	Metro	418907	17,36	21.352,80

125	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	820	Metro	418907	16,86	13.825,20
126	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	820	Metro	418905	11,63	9.536,60
127	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	656	Metro	441664	20,71	13.585,76
128	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	410	Metro	418905	22,80	9.348,00
129	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	656	Unidade	418905	16,35	10.725,60
130	Cabo pp 2x1,50mm	41	Unidade	433869	4,33	177,53
131	Cabo pp 2x2,50mm	41	Unidade	363118	5,53	226,73
132	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	82	Unidade	254376	161,30	13.226,60
133	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	29	Unidade	286822	54,02	1.566,58
134	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	30	Unidade	614255	812,95	24.388,50
135	Conector de aterramento gut	82	Unidade	321282	25,39	2.081,98
136	Conector perfurante cdp70	164	Unidade	458406	15,00	2.460,00
137	Conector cunha tipo iii	82	Unidade	472412	6,43	527,26
138	Cordão torcido 2x1,50mm:	25	Metro	337863	4,38	109,50
139	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	5	Pacote	337863	540,07	2.700,35
140	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	66	Unidade	402103	45,47	3.001,02
141	Fita isolante alta fusão	41	Unidade	454251	10,21	418,61
142	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	82	Unidade	604732	13,05	1.070,10
143	Fusível cartucho 60a 250v	164	Unidade	345516	10,93	1.792,52
144	Grampo paralelo universal 70	246	Unidade	358799	17,02	4.186,92
145	Haste de aterramento cobreada	82	Unidade	331719	17,49	1.434,18
146	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	82	Unidade	633011	8,78	719,96
147	Lâmpada bulbo led 30w	164	Unidade	446032	22,95	3.763,80
148	Lâmpada bulbo led 40w	164	Unidade	447213	33,63	5.515,32
149	Lâmpada bulbo led 50w	164	Unidade	439278	42,11	6.906,04
150	Lâmpada led 80w	164	Unidade	614575	87,46	14.343,44
151	Luminária pública 100w ip67	99	Unidade	628030	340,38	33.697,62
152	Luminária pública 150w ip67	99	Unidade	475596	393,85	38.991,15
153	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	246	Unidade	356212	45,89	11.288,94
154	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	4	Unidade	486640	537,73	2.150,92
155	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	164	Unidade	259360	17,67	2.897,88
156	Projetor de led 100w	9	Unidade	470259	71,14	640,26
157	Projetor de led 200w	17	Unidade	470261	191,63	3.257,71
158	Projetor de led 400w	17	Unidade	273110	354,05	6.018,85
159	Reator vapor sódio 250w	123	Unidade	207718	131,40	16.162,20
160	Relé foto eletrônico	41	Unidade	339103	7,95	325,95
VALOR TOTAL						**362.431,16**

GRUPO 04: Material Elétrico para Iluminação Pública - COTA RESERVADA E EXCLUSIVOS À ME, EPP e MEI - Cota de 25%.

Itens	Descrição	Quantidade	Unidade	Catmat	V. Unitário	V. Total

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

161	Alca pré formada 16mm	18	Unidade	368602	12,62	1.034,84
162	Alça pré-formada para cabo de alumínio de 25mm²:	21	Unidade	380052	23,00	2.277,00
163	Armação secundária de 1 estribo	21	Unidade	319814	29,35	2.905,65
164	Base para relé foto elétrico	35	Unidade	433833	13,52	2.230,80
165	Bobina para chave ip de 2x30 e/ou 2x60 a	2	Unidade	614255	169,49	1.694,90
166	Bocal de louça e-27	90	Unidade	307381	5,37	2.201,70
167	Bocal de louça e-40	54	Unidade	320318	11,50	2.829,00
168	Braço curvo para luminária	10	Unidade	387029	149,77	7.488,50
169	Braço reto para luminária	17	Unidade	472532	63,63	5.281,29
170	Cabo isolado de 1,5mm c/ 100	2	Unidade	408493	133,76	1.337,60
171	Cabo isolado de 10mm c/100	2	Unidade	428664	848,19	8.481,90
172	Cabo isolado de 16mm c/100	1	Unidade	409291	1412,24	7.061,20
173	Cabo isolado de 2,5mm c/100	2	Unidade	483318	284,70	2.847,00
174	Cabo isolado de 4,0mm c/100	2	Unidade	616915	471,93	4.719,30
175	Cabo isolado de 6,0mm c/100	2	Unidade	314559	785,28	7.852,80
176	Cabo multiplexado duplex 10mm alumínio	360	Metro	418907	4,21	6.904,40
177	Cabo multiplexado duplex 16mm alumínio	270	Metro	418907	8,83	10.860,90
178	Cabo multiplexado duplex 25mm alumínio	270	Metro	418907	17,36	21.352,80
179	Cabo multiplexado duplex 35mm alumínio	180	Metro	418907	16,86	13.825,20
180	Cabo multiplexado quadruplex 16mm alumínio	180	Metro	418905	11,63	9.536,60
181	Cabo multiplexado quadruplex 25mm alumínio	144	Metro	441664	20,71	13.585,76
182	Cabo multiplexado quadruplex 35mm alumínio	90	Metro	418905	22,80	9.348,00
183	Cabo multiplexado- cabo multiplexado de alumínio 3f+n de 16mm², neutro isolado, 750v	144	Unidade	418905	16,35	10.725,60
184	Cabo pp 2x1,50mm	9	Unidade	433869	4,33	177,53
185	Cabo pp 2x2,50mm	9	Unidade	363118	5,53	226,73
186	Caixa de medição trifásica: padrão cepisa	18	Unidade	254376	161,30	13.226,60
187	Caixa de medição monofásica: padrão cepisa	6	Unidade	286822	54,02	1.566,58
188	Chave de iluminação pública 2x60a: caixa em pvc	6	Unidade	614255	812,95	24.388,50
189	Conector de aterramento gut	18	Unidade	321282	25,39	2.081,98
190	Conector perfurante cdp70	36	Unidade	458406	15,00	2.460,00
191	Conector cunha tipo iii	18	Unidade	472412	6,43	527,26
192	Cordão torcido 2x1,50mm:	5	Metro	337863	4,38	109,50
193	Cordão torcido 2x4,0mm: c/100	1	Pacote	337863	540,07	2.700,35
194	Disjuntor termomagnético monofásico de 60a	14	Unidade	402103	45,47	3.001,02
195	Fita isolante alta fusão	9	Unidade	454251	10,21	418,61
196	Fita isolante pvc de 19mm x 20m, antichama	18	Unidade	604732	13,05	1.070,10
197	Fusível cartucho 60a 250v	36	Unidade	345516	10,93	1.792,52
198	Grampo paralelo universal 70	54	Unidade	358799	17,02	4.186,92
199	Haste de aterramento cobreada	18	Unidade	331719	17,49	1.434,18

200	Isolador de porcelana tipo roldana de 72x72mm	18	Unidade	633011	8,78	719,96
201	Lâmpada bulbo led 30w	36	Unidade	446032	22,95	3.763,80
202	Lâmpada bulbo led 40w	36	Unidade	447213	33,63	5.515,32
203	Lâmpada bulbo led 50w	36	Unidade	439278	42,11	6.906,04
204	Lâmpada led 80w	36	Unidade	614575	87,46	14.343,44
205	Luminária pública 100w ip67	21	Unidade	628030	340,38	33.697,62
206	Luminária pública 150w ip67	21	Unidade	475596	393,85	38.991,15
207	Luminárias para lâmpadas de vapor de sódio 70w	54	Unidade	356212	45,89	11.288,94
208	Luva alta tensão classe/5kv/1000v+luva de cobertura	1	Unidade	486640	537,73	2.688,65
209	Parafuso máquina 16x250mm rosca total	36	Unidade	259360	17,67	2.897,88
210	Projetor de led 100w	1	Unidade	470259	71,14	640,26
211	Projetor de led 200w	3	Unidade	470261	191,63	3.257,71
212	Projetor de led 400w	3	Unidade	273110	354,05	6.018,85
213	Reator vapor sódio 250w	27	Unidade	207718	131,40	16.162,20
214	Relé foto eletrônico	9	Unidade	339103	7,95	325,95
VALOR TOTAL						**77.103,25**

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021, podendo ter sua vigência prorrogada, por iguais períodos, desde que mantida a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
1.3. O custo estimado total correspondente, nos termos do art. 23, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
1.4. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. Descrição da Solução Como Um Todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021).

3.1. A descrição dos materiais elétricos a ser contratado neste processo contém as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade da contratação, não constando condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação ou, ainda, impertinentes ou irrelevantes para o objetivo da contratação, sendo também observadas as normas e referências existentes aplicáveis ao objeto.
3.2. A solução proposta neste TR, consistente na contratação de empresa para aquisição de materiais elétricos para atender as necessidades do Município de Francisco Santos/PI, fundamenta-se nos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência,

da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), conforme estabelecido pela Lei Federal nº 14.133/2021. Esta lei preconiza, entre outros, os princípios da eficiência, economicidade e busca pela solução mais vantajosa para a administração pública, conforme articulado em seu Art. 5º.

3.3. A solução proposta também contempla requisitos de sustentabilidade e responsabilidade ambiental, em linha com as diretrizes do desenvolvimento nacional sustentável, um dos princípios fundamentais da Lei nº 14.133/2021, especialmente considerando-se o impacto ambiental das atividades de aquisição dos materiais. O planejamento das contratações incorpora práticas que minimizam os impactos ambientais e promovem a utilização de técnicas e materiais menos prejudiciais ao meio ambiente.

3.4. A solução escolhida será a aquisição de materiais elétricos, conforme relatório do setor de administração emitido através do DFD/042.2026 – SEGOV, constantes nos autos, o relatório em questão demonstra de forma detalhada todas as características dos 214 itens que deverão ser licitados para renovar o estoque e suprir as necessidades administrativas:

3.5. Após levantamento de mercado e sua análise, chega-se à conclusão que a melhor solução técnica e econômica para o Município seria: contratação de empresas especializada para fornecimento de materiais elétricos, que contemple o fornecimento dos materiais solicitados, assim como: a fim de manter de forma adequada o funcionamento da administração, atendendo as demandas e necessidades na execução desses fornecimentos;

3.6. Fiscalização dos materiais elétricos fornecidos pela empresa vencedora, verificando quantidade e qualidade dos mesmos;

3.7. O prazo para fornecimento dos materiais elétricos deverá ser de até 05 dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviços;

3.8. O fornecimento dos materiais elétricos descritos no objeto é o que melhor atende a necessidade e está incorporado nesta solução. A execução, está totalmente dependente da aquisição dos itens do objeto;

3.9. A presente contratação serão divididas em grupos com vistas a estimular uma maior disputa com potencial de impacto na redução do preço final de cada item. Tal decisão fundamenta-se na Súmula nº 247 do TCU, o critério de julgamento de menor preço por lote é necessário para o certame vez que, se assim não fosse, haveria prejuízo para a satisfação do interesse público e perda de economia de escala;

3.10. A justificativa para a utilização do critério de julgamento menor preço por grupo é que a variedade de fornecedores para os itens inseridos nos pequenos grupos refletiria na perda de economia, já que os itens serão utilizados necessariamente em conjunto, de forma complementar.

3.11. Justifica-se também a adoção do critério de julgamento de Menor Preço por Grupo pelo fato de que individualizar a compra de itens sobrecarrega a administração pública e encarece o produto final, enquanto que, se o objeto é o lote, os licitantes possuem margem de negociação maior por estarem comercializando quantidades maiores.

3.12. A reunião dos itens em grupos deu-se em razão de possuírem a mesma natureza e guardarem relação entre si, de modo que podem ser fornecidos por qualquer empresa do ramo, não havendo, portanto, prejuízo à competitividade, como comprova a pesquisa de preços realizada. Ademais, por se tratar de itens com pequenas quantidades, a licitação isolada dos itens ocasionaria perda de economia de escala, uma vez que o fornecimento por empresas distintas traria aumento

dos custos aos licitantes. Desse modo, verifica-se que tal prática encontra-se em consonância com a Súmula nº 247 Tribunal de Contas da União.

3.13. Além disso, considerando que esta SEGOV possui um corpo de servidores reduzido, o gerenciamento de um contrato com todos os itens do grupo se torna muito mais vantajoso para a Administração, do ponto de vista de suas necessidades administrativas e operacionais, ampliando a qualidade na execução dos serviços desta Administração Municipal.

3.14. As licitações cujo critério de julgamento são menor preço por item, no formato item a item, apresentam diversos problemas, não apenas com a possibilidade de fracassar item necessariamente utilizado em conjunto com outro previsto, mas também com o tempo que se leva para analisar a documentação de todas as empresas envolvidas e, por conseguinte, homologar o certame.

3.15. No caso concreto, a possibilidade de haver perda da economia de escala para o conjunto dos produtos a serem adquiridos se enquadra na exceção prevista na Súmula nº 247 – TCU.

3.16. Fora adotado o Sistema de Registro de Preços, haja vista a conveniência da prestação dos serviços com previsão de serem de forma parcelada conforme a necessidade, visando minimizar os riscos de desabastecimento e reduzindo os custos necessários. Pois, esse possui uma vasta gama de vantagens, principalmente ao permitir a evolução significativa do planejamento das atividades de infraestrutura da Administração;

3.17. Ademais, a opção pelo Sistema de Registro de Preço originário de Pregão Eletrônico, é a mais viável, pois possui características vantajosas para a administração pública, por exemplo, o fato da existência de facultatividade na contratação dos serviços do objeto licitado, sendo assim, a Administração tem a discricionariedade de agir conforme suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas, com a devida adequação aos recursos disponíveis;

3.18. De forma a garantir disponibilidade contínua de materiais para município e reduzir a quantidade de procedimentos licitatórios a serem realizados em um mesmo período para fins similares, propõe-se o registro de preços de diversos suprimentos dos equipamentos utilizados no âmbito desta Municipalidade, possibilitando, assim, a sua aquisição sob demanda por um período de doze meses a partir de sua homologação;

3.19. Portanto, após um minucioso estudo e levantamento de mercado, conforme previsto no art. 18, §1º, incisos IV e V, da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a contratação integrada de **aquisição de materiais elétricos** para atender as obrigações do município é a solução mais adequada e eficiente. Esta abordagem proporciona não apenas uma gestão de manutenção mais eficaz, mas também assegura a conformidade com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e e-ciência que regem as contratações públicas.

4. Requisitos da Contratação (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21).

4.1. Os materiais elétricos têm natureza de bens comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021. A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.2. Para fornecimento dos bens pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 a 69, da Lei Federa nº 14.133/2021.

4.3. Os **materiais elétricos** poderão ser fornecidos parceladamente, de acordo com a necessidade demandada pela **unidade requisitante** ficando a CONTRATADA obrigada durante

a vigência da ATA a atender aos pedidos formulados em conformidade com os quantitativos estimados e pregos registrados.

4.4. Os **materiais elétricos**, objeto desta licitação, serão objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por Fiscal do Contrato/Comissão de Fiscalização designado para o acompanhamento.

4.5. A ação de fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

4.6. Não serão aceitos materiais e equipamentos diferentes das especificações deste Termo de Referência e na Proposta de Preços da CONTRATADA.

4.7. O não cumprimento das condições estipulados sujeitara o fornecedor as aplicações das penalidades cabíveis previstas em lei.

4.8. Por ocasião do fornecimento, os serviços deverão ser prestados de acordo como solicitado pela **Secretaria demandante** e atender as exigências, principalmente para as prescrições contidas no art. 39, Vlll, da Lei Federal n° 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor e nos seus demais dispostos.

4.9. Os itens devem estar de acordo com as especificações exigidas, em quantidade e qualidade, atendendo a necessidade do órgão.

4.10. Todos os equipamentos deverão ser 220v.

4.11. A Contratante deverá receber os equipamentos acondicionados nas caixas originais dos produtos sem avarias de transporte.

4.12. Os equipamentos que apresentarem defeito, configuração inferior a especificada neste Termo ou ainda falta de peças, deverão ser substituídos imediatamente no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos ou seus fornecedores serão notificados pela Contratante.

4.13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

4.13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.13.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21;

4.13.3. Executar a entrega do objeto em conformidade com o detalhamento expresso neste Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e no Edital da Licitação, observando rigorosamente as normas constantes neste instrumento e no edital;

4.13.4 Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

4.13.5. Responsabilizar-se por todas as despesas, diretas e indiretas, e demais encargos de qualquer natureza, inclusive com pessoal de sua contratação, necessário à execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista;

4.13.6. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais, causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à contratante ou a terceiros na execução do objeto do certame;

4.13.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação às especificações do edital;

4.13.8. O materiais deverão serem entregues na Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI, à Praça Licínio Pereira, n° 24, Bairro Centro, CEP 64.645-000, Francisco Santos – PI, na data prevista neste Termo de Referência.

4.14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

4.14.1. Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.

4.14.2. Proporcionar à CONTRATADA todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato.
4.14.3. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.
4.14.4. Comunicar à CONTRATADA toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos fornecimentos, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
4.14.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
4.14.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
4.14.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5. Classificação Como Serviços Comuns e Legislação Aplicável

5.1. Em cumprimento ao dever de licitar previsto no art. 37, inciso XXl, da Constituição Federal, a contratação deverá adotar a modalidade **PREGÃO**, considerando que se trata de bens comuns, definidos como aqueles cujos padr6es de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.
5.2. O objeto desta contratação a ser contratado enquadram-se como comuns, nos termos no inciso XIII do art. 6º e no caput do art. 2º da Lei n° 14.133/2021
5.3. Portanto, os atos administrativos pertinentes a licitação, a Ata de Registro de Preços e as eventuais contratações posteriores reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na seguinte legislação aplicável:
a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
b) Lei Federal n° 14.133, de 01 de abril 2021, bem como suas alterações posteriores;
c) Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro 2006, e suas alterações;
d) Decreto Municipal n° 019, de 22 de dezembro de 2023, que regulamenta a modalidade Pregão Eletrônico;
e) Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, que regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.
f) Decreto Estadual nº 21.938, de 28 de março de 2023, regulamenta os arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços, para a contratação de bens e serviços, inclusive de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências;
f) Edital do Pregão Eletrônico e seus anexos;
g) demais normas regulamentares aplicáveis a matéria;
h) subsidiariamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, em especial a Lei Federal n° 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

6. Modelo de Execução Contratual (arts. 6º, XXIII, alínea "e" e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

6.1. O prazo para fornecimento dos materiais elétricos é de 05 (cinco) dias, contados da assinatura do contrato ou a partir da ordem de serviços, em remessa parcelada e continua, conforme necessidade do órgão requisitante.
6.2. Os materiais elétricos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
6.3. Os materiais elétricos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
6.4. Os materiais elétricos serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
6.4.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. O fornecedor também deverá emitir nota comum de recebimento de mercadoria e entregar uma via na Secretária Municipal de Governo e Administração Geral para conferência.
6.5. Os materiais deverão ser entregues no endereço definido no pedido e autorização de fornecimento, limitando-se a área do município de Francisco Santos/PI. O horário de entrega será nos horários de expediente do órgão contratante, entre 07h às 13h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados inclusive municipais.
6.6. Os materiais serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
6.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
6.8. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
6.9. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço ou fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. Especificação da Garantia Contratual Exigida e das Condições de Manutenção E Assistência Técnica (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

8. Modelo de Gestão do Contrato (art. 6º, XXIII, alínea "f", da Lei nº 14.133/21)

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
8.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
8.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
8.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
8.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
8.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
8.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
8.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
8.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
8.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).
8.9. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/2021)

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:
9.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.
9.2. Exigências de habilitação:
9.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.3. Habilitação jurídica:

9.3.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.3.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.3.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

9.3.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.3.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.3.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.3.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.3.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

9.3.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.3.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal (conforme o caso) do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
9.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.5 Qualificação Técnica:

9.5.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
9.5.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
9.5.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.6. Qualificação Econômico-Financeira:

8.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

10. Dotação Orçamentária e Financeira Para a Despesa

10.1. Os recursos financeiros para cobertura das despesas decorrentes das futuras contratações do objeto contratado serão custeados com recursos do Tesouro Municipal.
10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Critérios de Medição e de Pagamento

11.1. Recebimento do Objeto:

11.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
11.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

11.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
11.1.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
11.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
11.1.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
11.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11.2. Liquidação

11.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção.
11.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
11.2.3.1. o prazo de validade;
11.2.3.2. a data da emissão;
11.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
11.2.3.4. período respectivo de execução do contrato;
11.2.3.5. o valor a pagar; e
11.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
11.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
11.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
11.5. A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
11.6. Constatando-se, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

11.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
11.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
11.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

11.10. Prazo de pagamento

11.10.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.
11.10.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

11.11. Forma de pagamento

11.11.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
11.11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
11.11.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
11.11.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
11.11.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12. Modalidade de Contratação

12.1. Para a eventual aquisição, será atendida através da modalidade Pregão Eletrônico. A escolha dessa modalidade é justificada pela Lei Federal nº 14.133/21 que institui a modalidade Pregão para aquisição de bens e serviços comuns e ainda, pelo estabelecido no instrumento convocatório que norteará o referido certame.
12.2. A escolha desta modalidade de contratação poderá representar uma economia satisfatória para o Município, ao proporcionar a ampla concorrência de licitantes em todo o Brasil.

13. Da Subcontratação

13.1. A CONTRATANTE não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA a outrem, não se admitindo a subcontratação.

14. Da Alteração Subjetiva

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. Da Fiscalização e Acompanhamento do Contrato

15.1. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021;
15.2. Fica designada a servidora **Marinalva Ana de Jesus Carvalho**, CPF nº 451.267.123-49, e-mail: gal.anajeses@hotmail.com, telefone (89) 98114-8719 e Matrícula nº 00010519, como a "gestora titular do presente Contrato", a qual acompanhará a execução do fornecimento;
15.3. Fica designada a servidora Marília Maria Santos Silva Lima, SSP/PI, CPF n° 018.211.233-01, e-mail: marilha_2014@hotmail.com, telefone: (89) 98109-8075, matrícula n° 000494, como a "gestora suplente do presente Contrato", a qual acompanhará a execução do fornecimento na impossibilidade da titular;
15.4. Fica designado o servidor **Ramon Carlos de Sousa,** CPF n° 041.817.443-10, e-mail: ramon.carlos18@hotmail.com, telefone: (89) 98143-8742 e matrícula n° 000649, como o "fiscal titular do presente Contrato", o qual acompanhará a execução do fornecimento;
15.5. Fica designada a servidora Graciene Maria Rodrigues Silva, CPF n° 010.161.573-63. E-mail: gracienerodriguesane@hotmail.com, telefone (89) 98108-5594, matrícula n° 000162, como a "fiscal suplente do presente Contrato", a qual acompanhará a execução do fornecimento na impossibilidade da titular;
15.6. Autoridade imediata: Lívia Rodrigues dos Santos Carvalho.

16. Do Reajuste

16.1. O preço contratado é fixo e irreajustável, pelo período de 12 (doze) meses na forma do parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei nº 9.069/95.

17. Da Garantia de Execução (art. 92, XII)

17.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

18. Das Sanções Administrativas (art. 92, XIV)

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
18.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;
18.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
18.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;
18.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

18.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
18.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
18.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
18.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
18.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
18.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens "18.1.2.", "18.1.3." e "18.1.4." do subitem acima deste TR, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
18.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos itens "18.1.5.", "18.1.6.", "18.1.7." e "18.1.8." do subitem acima deste Contrato, bem como nos itens "18.1.2.", "18.1.3." e "18.1.4.", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
18.2.4. Multa:
18.2.4.1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
18.2.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
18.2.5.1 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
18.2.5.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
18.2.5.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
18.2.5.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
18.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
18.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
18.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
18.4.2. As peculiaridades do caso concreto;
18.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
18.4.4. Os danos que dela provierem para o Contratante;
18.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
18.5. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

18.6. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
18.7. A Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
18.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
18.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

19. Dos Casos Omissos (art. 92, III)

19.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20. Das Alterações

20.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
20.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
20.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
20.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

21. Da Vigência da Ata, do Contato e do Reajuste

21.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso;
21.2. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
21.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
21.4. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
21.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
21.6. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços
21.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
21.8. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela.
21.9. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
21.9.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
21.9.2. Mantiverem sua proposta original.
21.10. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
21.11. A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua assinatura;
21.12. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
21.12.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
21.12.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou
21.12.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

22. Do Órgão Gerenciador

22.1. O Órgão Gerenciador do Registro de Preços será o órgão gerenciador será o Município de Francisco Santos/PI, situada à Praça Licínio Pereira, nº 24, Bairro Centro, Francisco Santos/PI, CEP: 64.645-000, telefone (89) 98100-9569;
22.2. Os atos de gerenciamento serão praticados pela Comissão de Licitação do MFS/PI;
22.3. Compete ao Órgão Gerenciador:
22.3.1. Observar para que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, sejam mantidas, por parte do fornecedor beneficiário, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;
22.3.2. Realizar periodicamente pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade dos preços registrados;
22.3.3. Autorizar a adesão de órgão ou entidade de outra esfera de governo à Ata de Registro de Preços.
22.4. Desde que devidamente justificada a vantagem, a Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência expressa da Prefeitura Municipal de Francisco Santos/PI – Órgão Gerenciador;
22.5. As aquisições ou contratações adicionais decorrentes da adesão à Ata de Registro de Preços não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador;
22.6. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de preços para o órgão gerenciador; e
22.7. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações com ele assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

23. Da Publicação

23.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

24. Da Pesquisa de Preços

24.1. A pesquisa de preço contida nos orçamentos deste Termo de Referência foi realizada no Painel de Preços Públicos do Tribunal de Contas do Estado do Piauí no endereço eletrônico https://sistemas.tce.pi.gov.br/painel-preco/#/form e painel de Preços do governo Federal no endereço eletrônico https://pesquisaprecos.compras.gov.br/pesquisa-precos-frontend-semlogin/.
24.2. O Valor total estimado para a contratação alcançado é de R$ 867.447,23 (oitocentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e vinte e três centavos).
24.3. No valor acima proposto estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, seguros, fretes, transportes e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

COMISSÃO LICITAÇÃO
FL
P.M.F.S

25. Foro (art. 92, §1º)

25.1. Fica eleito o Foro da comarca de Picos - PI para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Francisco Santos – PI, 10 de setembro de 2026.

LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO:90393872300
Assinado de forma digital por LIVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO:90393872300
Dados: 2026.09.10 10:19:27 -03'00'

LÍVIA RODRIGUES DOS SANTOS CARVALHO
Secretária Municipal de Governo e Administração Geral
903.938.723-00 – Matrícula: 000082

Aprovo o presente Termo de Referência na forma da Lei.

JOSE EDSON DE CARVALHO:28678524391
Assinado de forma digital por JOSE EDSON DE CARVALHO:28678524391
Dados: 2026.09.10 10:59:19 -03'00'

JOSÉ EDSON DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Francisco Santos/PI